



MANUAL DA ASSEMBLEIA e PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

SLC ***Agrícola***

SUMÁRIO

MENSAGEM DO DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES AOS ACIONISTAS ...	3
MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
DOCUMENTAÇÃO, PROCEDIMENTOS E PRAZOS	4
EDITAL DE CONVOCAÇÃO	7
ASSINATURA DA LISTA DE PRESENÇAS	8
INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA.....	8
O VOTO NA ASSEMBLEIA	9
AS MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	9
ANEXO 1 – SUGESTÃO DE MODELO DE PROCURAÇÃO.....	12
ANEXO 2 - PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO - DOCUMENTOS PREVISTOS NO ARTIGO 9º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09 -ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA	13
ANEXO 3 – PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO - DOCUMENTOS PREVISTOS NO ARTIGO 9º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09 ANEXO 9 DA INSTRUÇÃO 481 DA CVM	37
ANEXO 4 -PROPOSTA REMUNERAÇÃO GLOBAL ANUAL 2020	42
ANEXO 5 - PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO - DOCUMENTOS PREVISTOS NO ARTIGO 9º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)	43

MENSAGEM DO DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES AOS ACIONISTAS.

O manual pretende ser mais uma demonstração do interesse da Companhia em se aproximar dos acionistas, contribuindo positivamente para estimular a participação nas Assembleias. Assim, a Companhia estima estar se alinhando às melhores práticas de Governança Corporativa, antecipando-se para esclarecer o que poderiam ser dúvidas frequentes de acionistas interessados em participar da Assembleia Geral. Na mesma esteira, especifica os assuntos a serem deliberados na Assembleia que será realizada em 30 de julho de 2020. A Diretoria de Relações com Investidores permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Ivo Marcon Brum

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Estamos convidando os Acionistas da SLC AGRÍCOLA S.A. a participar da Assembleia convocada para o dia 30 de julho de 2020, às 11:0hs, a se realizar de forma exclusivamente digital, através da plataforma digital com acesso pelo link:

[https://plataforma.alfm.adv.br/acionista.cadastro.aspx?qw+K708ojGey529hHHaIMnwgZNhgfce2r7LJD/slk=\]](https://plataforma.alfm.adv.br/acionista.cadastro.aspx?qw+K708ojGey529hHHaIMnwgZNhgfce2r7LJD/slk=](\) (“Plataforma Digital”).

Ao apresentarmos e submetermos as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31/12/2019, informamos que a Companhia segue na posição de destaque em seu setor de atuação, constituindo-se numa das maiores produtoras mundiais de grãos e fibras.

A área total cultivada com soja foi de aproximadamente 243 mil hectares na safra, e a produtividade final obtida para a cultura foi de 3.739 kg/ha, um novo recorde, 6,1% superior ao projeto inicial e 1,2% superior à safra passada. O número foi também 16,6% superior à média nacional na safra 2018/19, com base nos dados da CONAB. A produtividade do algodão foi 2,4% inferior à meta inicial, atingindo 1.655 Kg/ha, devido a precipitações pluviais tardias no Maranhão, que ocasionaram perdas por apodrecimento de pluma no terço inferior das plantas, refletindo em redução da estimativa. A colheita do milho 2º safra, encerrou-se no dia 03/09 com produtividade obtida de 7.099 kg por hectare, 24,2% superior ao ano-safra anterior, 4,1% superior ao projeto e 21,2% acima da média nacional, de acordo com os números da CONAB para milho de 2º safra.

Em linha com nossa estratégia de monetização imobiliária, em 13 de novembro comunicamos a assinatura de Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda através do qual vendemos 5.205 hectares (sendo 4.162 úteis) por um valor base à vista de R\$83,2 milhões, ou R\$20.000 por hectare útil. A área vendida continuará sendo operada pela Companhia na mesma unidade (Fazenda Parnaíba/MA), com pagamento de arrendamento a valor de mercado.

O EBITDA Ajustado da operação agrícola em 2019 atingiu a marca de R\$715,1 milhões, o que, somado ao EBITDA da venda de terras (de R\$80,2 milhões), levou a um EBITDA total para o ano de R\$795,5 milhões. Com isso, a relação Dívida Líquida/EBITDA alcançou o patamar bastante confortável de 1,2 vezes. O Lucro Líquido operacional, por sua vez, foi de R\$315,0 milhões. Outro fato que merece destaque é a geração de caixa livre, positiva pelo quarto ano consecutivo, e que foi de R\$213 milhões em 2019, atingindo uma média de R\$207 milhões nos últimos 3 anos. A Administração vai propor à Assembleia de Acionistas, que será realizada em 29/07/2020, o pagamento total de R\$147 milhões de dividendos, relativos à distribuição de resultados do exercício social encerrado em 31/12/2019. Esse montante representa 50% do Lucro Ajustado da Controladora, o que reitera junto aos nossos acionistas e o nosso compromisso com o retorno e a geração de valor, considerando que já houve a distribuição de 25% (dividendo obrigatório), em 14 de maio de 2020, através de deliberação do Conselho de Administração da Companhia.

A Administração da Companhia agradece aos seus colaboradores, acionistas, clientes e fornecedores, e reforça sua profunda confiança no negócio e nas excelentes oportunidades que se desenharam para a agricultura brasileira, e continuará direcionando seus esforços de forma disciplinada na construção de uma empresa cada vez mais eficiente e focada na geração de valor.

Eduardo Silva Logemann
Presidente do Conselho de Administração

DOCUMENTAÇÃO, PROCEDIMENTOS E PRAZOS

A participação na Assembleia, que acontecerá de forma exclusivamente digital, convocada para às 11h do dia 30 de julho de 2020, poderá ser realizada pelos Acionistas da Companhia escolhendo uma das seguintes opções: (i) Participação via Plataforma Digital, (ii) por Voto a Distância, ou (iii) Representação, via Plataforma Digital, conforme estabelece o parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei 6.404/76.

Participação via Plataforma Digital

(i) Cadastro

Os Acionistas ou Representantes que desejarem participar da AGO deverão realizar, através do link

<https://plataforma.alfm.adv.br/acionista.cadastro.aspx?qw+K708ojGey529hHHaIMnwgZNhgkfce2r7LJD/slkce=>, até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência à data designada para a realização da Assembleia, o seu cadastro e fornecendo, conforme o caso, a seguinte documentação:

Pessoa Física

- a) comprovante expedido pela instituição escrituradora nos últimos 5 (cinco) dias; e
- b) cópia de documento de identificação com foto recente e validade nacional, podendo ser: (i) carteira de Identidade de Registro Geral expedida por órgão autorizado; (ii) Carteira de Identidade de Registro de Estrangeiro expedida por órgão autorizado; (iii) Passaporte válido expedido por órgão autorizado; (iv) Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado; (v) carteira nacional de habilitação com foto.

Pessoa Jurídica e Fundos de Investimentos

- a) comprovante expedido pela instituição escrituradora nos últimos 5 (cinco) dias;
- b) o instrumento de mandato e cópia de documento de identificação com foto recente e validade nacional do mandatado;
- c) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; e
- d) cópia dos estatutos sociais ou do contrato social atualizado e do ato que investe o representante de poderes bastantes.

Para os fins dos documentos em relação ao ato que investe o representante de poderes para votar em nome de pessoa jurídica acionista, se o ato for uma reunião de conselho de administração, o acionista deverá providenciar antecipadamente o comprovante do arquivamento do ato no registro competente. No caso de pessoas jurídicas com representantes que não sejam nomeados no próprio contrato social ou com algum procedimento de nomeação por ato em separado, é necessário que o acionista comprove a validade da nomeação providenciando comprovante do arquivamento do ato no registro competente.

No caso dos fundos de investimento, o representante deverá comprovar a sua qualidade de administrador do fundo ou de procurador devidamente constituído por este, na forma da legislação que lhe for aplicável. No caso dos fundos de investimento e das pessoas jurídicas estrangeiras, na documentação que comprova os poderes de representação não será necessária a tradução juramentada, se a língua de origem do documento for o português, o inglês ou o espanhol. Documentos redigidos em outras línguas só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada para uma dessas 3 (três) línguas mencionadas.

Nos termos do artigo 5º, §3º da IN CVM 481, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação no prazo estabelecido.

Após a devida análise do cadastro do Acionista, a Companhia retornará em até 24h e poderá requisitar outros documentos necessários para a habilitação na Assembleia.

Após a habilitação do acionista, a Companhia enviará um e-mail contendo login e senha de acesso à Plataforma Virtual. **O acesso é pessoal e intransferível e o eventual compartilhamento dessas informações será de exclusiva responsabilidade do acionista.**

Em relação aos representantes de mais de um acionista, este deverá realizar somente um cadastro e fazer o upload de todos os documentos referentes aos seus representados, inclusive uma relação dos mesmos. Em conjunto com o e-mail de login e senha, será enviado planilha para o upload dos votos na Plataforma de cada acionista representado, no momento da assembleia.

O acionista que não receber tal informação até 24 horas de antecedência da data da realização da reunião, deverá entrar em contato através do e-mail ri@slcagricola.com.br, com cópia para juridico@slcagricola.com.br, aos cuidados do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. Ivo Marcon Brum ou do Gerente Jurídico, Sr. Roberto Acauan.

(ii) Assembleia Virtual

(a) Acesso à Assembleia

A Companhia enviará o link individual e respectivas instruções para acesso à Plataforma Digital, para os endereços de email cadastrados, aos Acionistas que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima, dentro das 24 horas de antecedência da data da realização da Assembleia. Será remetido apenas um convite individual por Participante.

Após efetuar login e senha, os Acionistas ou Representantes receberão um código de acesso, via e-mail e SMS, que deverá ser inserido no campo “Código de Acesso”. Em seguida, deverá ser realizada a alteração da senha.

Os Acionistas deverão acessar a Plataforma Digital com antecedência mínima de 30 minutos do horário marcado para início da Assembleia, a fim de evitar eventuais problemas operacionais com a ferramenta.

A Companhia reforça que a reunião iniciará, impreterivelmente, às 11h, não sendo admitida o ingresso na Plataforma após esse horário.

A Companhia esclarece que, consoante o previsto no §1º, inciso II, do Artigo 21-C da Instrução CVM 481, a assembleia será integralmente gravada e o acionista que participar por meio da Plataforma Digital será considerado presente à Assembleia, podendo exercer seus respectivos direitos de voto, e assinante da respectiva Ata da Assembleia, nos termos do art. 21-V, §1º da IN CVM 481.

Caso o Acionista que tenha solicitado sua participação não receba da Companhia o e-mail com o link e as instruções para acesso e participação na Assembleia com antecedência mínima de 24 horas da sua realização (ou seja, até as 11h00 do dia 29 de julho de 2020), deverá entrar em contato com a Companhia pelo telefone +55 (51) 3230.7871, para que sejam reenviadas suas respectivas instruções para acesso.

(iii) Informações Gerais sobre a Plataforma Digital

O acesso deverá ocorrer através de computador Desktop ou Notebook com os sistemas operacionais Microsoft Windows 10 (64 bits) ou macOS Catalina 10.15.4 e que possua, ainda, os browsers Google Chrome (83.0.4103.116) (64 bits), Firefox (77.0.1) (64 bits) e Microsoft Edge (83.0.478.54) (chromium) (64 bits) e que garanta a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da plataforma (por vídeo e áudio). A Companhia recomenda, ainda, a utilização de fones de ouvido para melhor qualidade do áudio.

A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na assembleia por meio eletrônico.

(ii) Voto a Distância

A Companhia adotará para esta Assembleia o procedimento de voto à distância, conforme previsto na Instrução CVM nº 481/09. Assim, o acionista que optar por exercer direito de voto a distância por meio deste Boletim, poderá preenchê-lo observadas as orientações acima e enviá-lo, conforme orientações abaixo:

- (1) **À COMPANHIA:** juntamente com o Boletim, o Acionista deve enviar para o email ri@slcagricola.com.br, aos cuidados do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. Ivo Marcon Brum ou do Gerente Jurídico, Sr. Roberto Acauan cópia dos seguintes documentos: (i) Pessoa Física - documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteira de registro profissional. (ii) Pessoa Jurídica (PJ) e Fundos de Investimento (FI) - a) documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteira de registro profissional; b) Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado (no caso de PJ), ou regulamento consolidado e atualizado do fundo (no caso de FI); e c) documento que comprove os poderes de representação.
- (2) **AO AGENTE DE CUSTÓDIA:** para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus Agentes de Custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal.
- (3) **AO BANCO ESCRITURADOR:** essa opção destina-se, exclusivamente, aos Acionistas detentores de ações depositadas no Banco Itaú S.A., que é o banco escriturador da Companhia. O Itaú criou o site Assembleia Digital, uma solução segura onde é possível realizar o voto à distância. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site: <http://www.itaubr.com/seguritiesservices/assembleiadigital/>. Ressalta-se que as orientações detalhadas para o envio do Boletim à cada uma das opções mencionadas acima encontram-se no Manual de Participação em Assembleias, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.slcagricola.com.br/>) e da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br/>)

(iii) Representação, conforme o parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei nº. 6.404/76

Pode, ainda, o acionista ser representado por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, de acordo com o previsto no parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei nº. 6.404/76. Os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados conforme seus estatutos/contratos sociais. Quando o acionista se fizer representar por procurador, a regularidade da procuração terá de ser examinada antes do início da Assembleia, bem como a titularidade das ações. Os documentos a serem apresentados para participação na Assembleia serão os mesmos exigidos para a

participação via Plataforma Digital citada acima e, de acordo com a representação, seja de pessoa física, pessoa jurídica ou de fundos de investimentos.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas, na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia trinta de julho de 2020, às onze horas (“AGO”), sob a forma exclusivamente digital, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 481/09 (“ICVM 481”) conforme alterada, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**:

1. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas contas dos Administradores, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, assim como o Parecer dos Auditores Independentes.
2. Deliberar sobre a destinação do lucro do exercício social e a distribuição de dividendos, nos termos da proposta apresentada pela Administração.
3. Fixar a remuneração anual global dos Administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado.

Os Acionistas que desejarem participar da AGO deverão realizar, através do link <https://plataforma.alfm.adv.br/acionista.cadastro.aspx?qw+K708ojGey529hHHaIMnwgZNhqkfce2r7UJD/slkc=>, com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência à data designada para a realização da Assembleia, o seu cadastro e fornecendo a documentação prevista neste Edital de Convocação. Os detalhes e informações relevantes necessárias à orientação do Acionista estão contidas na Proposta de Administração e no Manual de Participação da AGO, disponíveis nos sites de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.slcagricola.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (<http://sistemas.cvm.gov.br/>).

A Companhia solicita, além do documento de identificação e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso, a seguinte documentação:

- Comprovante expedido pela instituição escrituradora nos últimos 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral;
- Instrumento de mandato;
- Relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

Nos termos do artigo 5º, §3º da IN CVM 481, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação no prazo estabelecido.

Após a devida análise do cadastro do Acionista, a Companhia disponibilizará um e-mail contendo novas informações para acesso à Plataforma Digital que transmitirá a AGO, devendo o acionista que não receber tal informação até 24 horas antes da data de realização da Assembleia, entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores através do e-mail ri@slcagricula.com.br, com cópia para juridico@slcagricula.com.br.

A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta Assembleia, dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima.

A Companhia adotará para esta Assembleia o procedimento de voto à distância, conforme previsto na Instrução CVM nº 481/09. Assim, o acionista que optar por exercer direito de voto a distância

por meio deste Boletim, poderá preenchê-lo observadas as orientações acima e enviá-lo, conforme orientações abaixo:

(1) À COMPANHIA: juntamente com o Boletim, o Acionista deve enviar os seguintes documentos: (i) Pessoa Física - documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional. (ii) Pessoa Jurídica (PJ) e Fundos de Investimento (FI) - a) documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional; b) contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado (no caso de PJ), ou regulamento consolidado e atualizado do fundo (no caso de FI); e c) documento que comprove os poderes de representação.

(2) AO AGENTE DE CUSTÓDIA: para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus Agentes de Custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal.

(3) AO BANCO ESCRITURADOR: essa opção destina-se, exclusivamente, aos Acionistas detentores de ações depositadas no Banco Itaú S.A., que é o banco escriturador da Companhia. O Itaú criou o site Assembleia Digital, uma solução segura onde é possível realizar o voto à distância. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site: <http://www.italu.com.br/securitiesservices/assembleiadigital/>.

Ressalta-se que as orientações detalhadas para o envio do Boletim à cada uma das opções mencionadas acima encontram-se no Manual de Participação em Assembleias, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.slcagricola.com.br) e da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br/>)

Os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.404/76, bem como os previstos nos artigos 9º, 10 e 12 da instrução CVM nº. 481/2009 e no Manual para Participação de Acionistas – Assembleia Geral Ordinária encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Companhia, na unidade descrita no preâmbulo deste edital e nos sites: (www.cvm.com.br, www.b3.com.br e www.slcagricola.com.br/ri).

Porto Alegre, 14 de julho de 2020.

Eduardo Silva Logemann
Presidente do Conselho de Administração

ASSINATURA DA LISTA DE PRESENÇAS

Todos os acionistas que enviarem a documentação e acessarem a Plataforma Digital serão considerados presentes constarão no Livro de Presenças da Assembleia.

O acionista que enviar seu voto por Boletim de Voto à Distância (“Boletim”) será considerado presente, desde que acoste a documentação mencionada no Boletim.

O Presidente do Conselho de Administração analisará as situações excepcionais sempre com o objetivo de acolher a participação do acionista.

INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA

O acesso e identificação do Acionista na Plataforma Digital o tornará aptos a exercer o direito de formar quórum, de votar e ser votado, de indicar candidato, ou outro direito, pelo cumprimento dos requisitos legais e estatutários da condição de acionista e sua representação.

O Presidente do Conselho de Administração analisará as situações excepcionais sempre com o objetivo de acolher a participação do acionista.

Caberá ao Presidente do Conselho de Administração verificar quem tenha registrado sua presença na Plataforma Digital disponibilizada pela Companhia, e declarar instalada a Assembleia.

A Assembleia Geral será declarada instalada com a presença de acionistas que representem no mínimo ¼ do capital social com direito a voto.

Instalada a Assembleia, será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração que escolherá e nomeará o respectivo Secretário da Assembleia, nos termos do artigo 11 do Estatuto Social, que poderá ser acionista, ou não.

O VOTO NA ASSEMBLEIA

Todas as deliberações da Assembleia serão tomadas pela maioria de votos, não se computando os votos em branco (art. 129 da Lei 6.404/76).

Cada ação ordinária dá o direito de exercer um voto em cada matéria objeto da Ordem do Dia e de deliberação pela Assembleia Geral.

No caso da procuração identificar o voto a ser proferido, o Presidente da Assembleia não acolherá voto diverso daquele constante do instrumento de procuração.

AS MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

- 1. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas contas dos Administradores, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, assim como o Parecer dos Auditores Independentes.**

As contas que serão objeto da Assembleia Geral Ordinária são respectivas ao exercício social iniciado em 01/01/2019 e encerrado em 31/12/2019, assim adotado como base para sua elaboração.

As movimentações incorridas durante o exercício estão representadas pelo Relatório da Administração e pelas Demonstrações Financeiras elaboradas em 31/12/2019, apresentadas de acordo com o Padrão IFRS, com base nas indicações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conformidade com as práticas contábeis estabelecidas na Lei Societária e nas normas complementares emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

O Relatório da Administração traz as informações sobre o cenário no qual estão inseridos os negócios e a atuação da Companhia e de suas controladas. O Relatório ainda relaciona os principais eventos societários e financeiros experimentados no exercício.

A mensagem da Administração na abertura do presente Manual representa um resumo do desempenho operacional alcançado.

As Demonstrações Financeiras expressam a situação econômica e financeira, as mutações patrimoniais ocorridas e o Demonstrativo do Resultado do Exercício, permitindo aos acionistas analisar a situação patrimonial, os índices de liquidez, EBITDA, a lucratividade operacional, e o desempenho financeiro da Companhia.

As Demonstrações Financeiras trazem como parte indissociável as Notas Explicativas, elaboradas pela Administração para auxiliar a análise e entendimento.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração foram auditados e obtiveram Parecer sem ressalvas pela Ernest ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.

Pelo menos um representante da Auditoria Externa estará presente à Assembleia Geral para responder a questionamentos dos Acionistas.

O Parecer dos Auditores Independentes compôs a publicação das Demonstrações Financeiras da Companhia, a qual teve lugar na edição do dia 13 de março de 2020, dos jornais “Jornal do Comércio” e “Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul”.

O Comentário dos Administradores, nos moldes do item 10 do Formulário de Referência, consta deste documento na seção Comentários dos Diretores – Item 10 do Formulário de Referência.

Os documentos foram também transmitidos à Comissão de Valores Mobiliários e à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, pelo Sistema IPE, estando disponíveis no site da Comissão de Valores Mobiliários - <http://sistemas.cvm.gov.br/>, no site da Companhia <http://ri.slacagricola.com.br/> e na sede social, nas datas a seguir listadas:

- Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras com as respectivas Notas Explicativas e parecer dos auditores independentes, Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP, disponibilizados no dia 11 de março de 2020 no site da CVM;
- Proposta da Administração, disponibilizada no dia 26 de junho de 2020 no site da CVM;
- A Administração da Companhia recomenda a todos seus Acionistas que examinem detidamente os documentos colocados à disposição pela Administração da Companhia, a fim de deliberarem na Assembleia Geral Ordinária.

Após a publicação não houve evento subsequente nem qualquer alteração dos documentos que serão apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, nos termos da proposta da administração aprovada em reunião do conselho de administração, realizada em 11 de março de 2020, e das demonstrações financeiras publicadas.

A proposta da Administração aos Acionistas é a de distribuição de dividendos totais de R\$147.499.548,94 (cento e quarenta e sete milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, quinhentos e quarenta e oito reais e noventa e quatro centavos), equivalente a 50% do lucro líquido. Em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 09 de abril de 2020, e em decorrência da postergação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, houve a distribuição antecipada dos dividendos obrigatórios no montante de R\$73.749.774,47 (setenta e três milhões, setecentos e quarenta e nove mil, setecentos e setenta e quatro reais e quarenta e sete centavos). Assim, a proposta da Administração aos Acionistas é a de distribuição de dividendos adicionais de 73.749.774,47 (setenta e três milhões, setecentos e quarenta e nove mil, setecentos e setenta e quatro reais e quarenta e sete centavos). O dividendo será pago de forma igual a todas as ações de emissão da Companhia (190.595.000), subtraídas as ações em tesouraria (*3.312.972, posição em

24/06/2020), correspondendo, então, a R\$0,393790 para cada ação ordinária de titularidade dos acionistas.

**** posição será atualizada na data base de pagamento dos dividendos.***

No Anexo 9 da Instrução CVM nº. 481/2009, consta da Proposta da Administração, disponível nesse documento, enviada à CVM e à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, bem como, disponibilizado no site da Companhia (<http://ri.slcagricola.com.br/>) em 26 de junho de 2020.

3. Fixar remuneração anual global dos Administradores

Deliberação sobre a verba global da remuneração da Administração para o exercício social iniciado em 01 de janeiro de 2020 e previsto para encerrar em 31 de dezembro de 2020. O montante global da remuneração da Administração aprovado na última Assembleia Geral Ordinária foi de R\$14.950.411,30 (quatorze milhões, novecentos e cinquenta mil, quatrocentos e onze reais e trinta centavos).

A proposta para remuneração dos Administradores, para o exercício de 2020, está distribuída das seguinte forma:

R\$	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa anual	1.930.371,13	5.824.905,05	433.472,26	8.188.748,43
Remuneração variável	-	3.805.919,28	-	3.805.919,28
Baseada em ações	-	3.915.180,08	-	3.915.180,08
Total da Remuneração	1.930.371,13	13.546.004,41	433.472,26	15.909.847,79

A proposição é de que na Assembleia de 30/07/2020 seja aprovada uma verba global de de R\$15.909.847,79 (quinze milhões, novecentos e nove mil, oitocentos e quarenta e sete reais e setenta e nove centavos), a ser distribuída pelo Conselho de Administração, na forma prevista no Estatuto Social. A Remuneração dos Administradores, de acordo com o Item 13 do Formulário de Referência, consta da Proposta da Administração, enviada à CVM e a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, bem como disponibilizado no site da Companhia (<http://ri.slcagricola.com.br/>) em 26 de junho de 2020.

ANEXO 1 – SUGESTÃO DE MODELO DE PROCURAÇÃO

[NOME ACIONISTA], [QUALIFICAÇÃO] (“Outorgante”), titular de ações ORDINÁRIAS de emissão da Companhia nas quantidades a seguir descritas:(.....), nomeia e constitui como seu procurador o Sr. [NOME], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], com Carteira de Identidade RG nº [], inscrito no CPF/MF sob o nº [], residente e domiciliado na cidade de [], estado de [], na Rua [], nº [], para representar a Outorgante, na qualidade de acionista da **SLC AGRÍCOLA S.A.** na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 30 de julho de 2020, às 11:00hs, na sede social da Companhia localizada na Rua Bernardo Pires, 128º, 3º andar, Porto Alegre, RS, podendo examinar, discutir e votar em conformidade com as orientações estabelecidas abaixo, acerca das seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

1. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas contas dos Administradores, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, assim como o Parecer dos Auditores Independentes.

FAVOR	CONTRA	ABSTER-SE
()	()	()

2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, nos termos da Proposta da Administração aprovada em reunião do Conselho de Administração, realizada em 11 de março de 2020, e das Demonstrações Financeiras publicadas.

FAVOR	CONTRA	ABSTER-SE
()	()	()

3. Fixar a remuneração anual global dos Administradores

FAVOR	CONTRA	ABSTER-SE
()	()	()

ANEXO 2 - PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO - DOCUMENTOS PREVISTOS NO ARTIGO 9º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09 -ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Comentários dos Diretores – (item 10 do formulário de referência)

10.1 Os Diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Alinhamento Estratégico

2019 foi novamente um ano a ser comemorado na SLC Agrícola. Tivemos mais uma vez a validação de que estamos perseguindo iniciativas estratégicas que capturam valor para o negócio e se apoiam em nossas vantagens competitivas.

Esses são os pilares de nossa estratégia atual, e as principais entregas que estamos tendo nessas frentes:

Alta Eficiência: vemos uma enorme oportunidade de ganho via ampliação do uso de novas tecnologias, principalmente para o nosso tipo de negócio, que é o de agricultura de larga escala. Nos últimos anos, viemos preparando a empresa para isso, e agora os resultados já aparecem. Atingimos produtividades inéditas nas culturas da soja e do milho na safra 2018/2019, aumentando nossa distância em relação à média de produtividade global. Além disso, temos obtido ganhos crescentes com a adoção de novas tecnologias que possibilitam redução de custos

Culturas de maior valor agregado: o algodão e a soja semente, seguem sendo priorizados no crescimento, pois são iniciativas que maximizam o retorno por hectare plantado e possibilitam diferenciação em termos de preços. A área plantada na safra 2018/2019 foi de 458 mil hectares, com destaque para o algodão, cujo cultivo foi expandido em 30,1% em relação à safra passada. Em outubro de 2019, foi dado início ao plantio das culturas de soja e de algodão da safra 2019/2020 – e a expectativa é de atingirmos um total de 449,4 mil hectares de área plantada.

Modelo de Negócios Asset Light: em novembro do ano passado, anunciamos mais uma venda de terras, com leaseback, tipo de transação em que é possível monetizarmos os relevantes ganhos imobiliários obtidos nos últimos anos

Consolidação de Certificações e Rastreabilidade: em 2019 atingimos 8 unidades certificadas pelas normas ISO 14001 (gestão ambiental), ISS 45.001 (saúde e segurança ocupacional), NBR 16001 (responsabilidade social) e ISO 9001 (qualidade) com o Sistema de Gestão Integrada (SGI) e iniciamos o projeto em mais duas unidades. Avançamos também no número de fazendas certificadas pelo Better Cotton Initiative. Além de contribuírem com os ganhos de eficiência que tem sido obtidos e reduzirem riscos em várias frentes, as certificações e a rastreabilidade são uma importante tendência de mercado e tem possibilitado também ganhos financeiros crescentes ao negócio, além de consolidarem a produção sustentável

Resultados Financeiros

Os resultados financeiros do ano refletem esses avanços. A Receita Líquida em 2019 atingiu um recorde, de R\$ 2,5 bilhões. O crescimento, de 20,8% em relação ao ano anterior, foi proporcionado por uma combinação de fatores: a maior área plantada e o aumento da produtividade da soja e do milho, além dos maiores preços de vendas em todas as culturas.

O EBITDA Ajustado, que incorpora os ganhos com a venda de terras realizada em novembro, foi de R\$ 795,5 milhões, e o Lucro Líquido atingiu R\$ 315 milhões, com margens de 12,4%. O período de 2019 marcou mais um ano consecutivo de geração de caixa positiva, de R\$ 213 milhões, com baixa alavancagem financeira, medida em 1,22 (Dívida Líquida/EBITDA Ajustado).

Em resumo, mantivemos ótimos níveis de rentabilidade em 2019, e, pelo quarto ano consecutivo, entregamos geração de caixa livre robusta, o que permitiu o pagamento de dividendos e a manutenção da

alavancagem em patamar bastante confortável, o que nos garante capacidade de crescimento com solidez financeira.

Os últimos anos foram bastante voláteis, com eventos como a guerra comercial, a febre suína africana e, mais recentemente, o coronavírus. No entanto, nosso negócio mostra a sua resiliência através da consistência dos resultados, a despeito das oscilações de curto prazo nos preços das commodities. O negócio foi construído para lidar com essa volatilidade.

Perspectivas 2020 e 2021

Com a finalização da colheita da soja, a produtividade final obtida foi de 3.900 kg/ha (comparados com 3.840 kg/ha divulgados em março) na safra 2019/20. Essa produtividade foi 8,1% superior ao projeto inicial e 19,4% superior à média nacional (estimativa maio/2020- CONAB). Cabe destacar que pelo 3º ano consecutivo obtivemos um novo recorde de produtividade nessa cultura, o que está em linha com a estratégia atual da Companhia de foco em maximizar a eficiência da operação.

As culturas do algodão e do milho encontram-se nos estádios de florescimento e enchimento de grãos, respectivamente, e apresentam alto potencial produtivo.

Olhando um pouco mais à frente, já começamos a desenhar a safra 2020/2021, com a compra de insumos – em que temos obtido reduções relevantes nos preços em dólar – e a consequente venda futura das commodities, seguindo nossa política de hedge.

Pessoas

É muito importante destacar o trabalho que temos feito com nossas equipes. Estamos em uma fase de consolidação do uso de tecnologias que foram testadas nos últimos anos e acreditamos que os maiores ganhos ainda estão por vir. Criamos um programa específico para capacitação em agricultura digital e redesenhamos as funções e os controles, de forma que hoje enxergamos cada vez mais detalhes da operação. Nossos colaboradores estão muito engajados e, com satisfação, celebramos os reconhecimentos importantes desse trabalho: fomos escolhidos a melhor empresa do agronegócio brasileiro pela Revista Globo Rural e ficamos entre as melhores empresas do país na gestão de pessoas, pela pesquisa Valor Carreiras, e entre as 150 Melhores Empresas para se trabalhar pela revista Você S.A.

Consideramos que esse alinhamento entre Pessoas, Tecnologia e Processos fornece condições muito favoráveis para a execução bem-sucedida de nossa estratégia, que visa capturar valor com as principais oportunidades que se desenham para a agricultura brasileira. A criação de um ambiente de trabalho saudável, inspirador e cooperativo se reflete na melhor preparação dos profissionais e no crescimento da produtividade no campo. Esse aspecto humano e a implementação de sistemas para a agricultura digital geram ganhos de competitividade e diferenciam a companhia no agronegócio.

Nossa gratidão a todos os nossos colaboradores e demais stakeholders por mais um ano de sucesso atingido.

A Administração

b. estrutura de capital

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital da Companhia, a qual é mensurada pela relação de dívida líquida sobre o Patrimônio Líquido, apresenta níveis de alavancagem adequados para seu segmento de mercado. Com relação a hipóteses de resgates de ações ou quotas, não há possibilidades, no curto e médio prazo, para a realização de tal evento.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o caixa disponível, a geração de caixa prevista, o perfil do endividamento financeiro e as condições de liquidez e crédito, a Companhia dispõe de situação favorável para cumprir seus compromissos nos próximos anos. Caso sejam necessários investimentos e/ou custeio que demandem nova captação,

buscaremos alternativas no mercado ou off-shore. Acreditamos que não haverá dificuldades nestas captações em função da vasta “bancabilidade” da empresa.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais linhas de financiamentos que a Companhia utiliza atualmente são (i) Fundos Constitucionais, (ii) Crédito Rural, (iii) Financiamentos a Exportações, (iv) Capital de Giro e (v) Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA). As duas primeiras linhas são incentivadas pelo governo, com o cenário atual de juros o seu custo não está se tornando atrativo comparado aos demais financiamentos ofertados no mercado. Na terceira linha os recursos são captados no exterior através de um agente financeiro (banco) com taxas de juros pré fixada, podendo ser “swapadas” para Real, caso a taxa de juros fique atrativa, reduzindo a exposição e variação do dólar e na quinta linha lastreada em recebíveis originados de negócios entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, abrangendo financiamentos ou empréstimos relacionados à produção, à comercialização, ao beneficiamento ou à industrialização de produtos, insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária.

Em 2019, o endividamento bruto encerrou em R\$ 1.859.175 mil, representando um aumento de 17,24% com relação a 2018. Esse aumento é explicado pelo aumento na necessidade de capital de giro, compensado pela variação positiva de 37,76% de disponibilidade de caixa, salientando que a dívida líquida teve um aumento de 3,26%, essa explicada pelo aumento do endividamento de longo prazo.

Em 2018, o endividamento bruto encerrou em R\$ 1.585.775 mil, representando um aumento de 0,5% com relação a 2017. Esse aumento é explicado pelo crescimento de 27,6% na área plantada, possível a partir da nova unidade de produção - Fazenda Pantanal.

Em 2017, o endividamento bruto encerrou em R\$ 1.578.117 mil, representando uma redução de 19,64% com relação a 2016. Esta redução é explicada pelo aumento significativo da produtividade em 2017, acima da expectativa da companhia, pela economia gerada pelos custeios e pela venda de terras.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A SLC Agrícola tem acesso a linhas com custo bastante atrativos por ser uma empresa exportadora. Entre as principais fontes podemos citar (i) ACC (Antecipação de Contrato de Câmbio), (ii) ACE (Antecipação de Cambiais Entregues), (iii) NCE (Nota de Crédito à Exportação), (iv) PPE (Pré Pagamento de Exportação), (vi) CCE (Cédula de Crédito à Exportação), entre outras. Os investimentos em ativos não-circulantes podem ser financiados por linhas do BNDES e Fundo Constitucional do Nordeste ou Centro-Oeste.

2017: No ano de 2017 a dívida apresentou uma redução considerável em comparação ao ano de 2016, assim como, uma redução da taxa média de endividamento de 12,07% no ano de 2016 para 7,71% no ano de 2017. A redução da taxa de endividamento se deu devido à liquidação antecipada de dívida com taxas mais elevadas por dívidas de custos mais baixos. Neste ano a companhia captou R\$ 200 milhões em linha de longo prazo com o Itaú, através do Certificado de Recebíveis do Agronegócio. As linhas de fundos constitucionais e crédito rural foram substituídas por linhas de capital de giro com custo mais reduzido, devido à redução da Selic e não atratividade das taxas de financiamentos subsidiados pelo governo.

2018: No ano de 2018 a dívida manteve-se em patamar semelhante ao ano anterior com apenas 0,38% de redução. Destaca-se a redução da taxa de endividamento devido à liquidação antecipada de dívida com taxas mais elevadas de curto prazo por dívidas de custos mais baixos de longo prazo clean (sem garantias reais). Como resultado deste movimento, registramos uma melhora do perfil da dívida, passando de 45,78% no longo prazo em 2017 para 54,59% em 2018.

2019: No ano de 2019 a dívida líquida manteve-se em patamar semelhante ao ano anterior com apenas 3,26% de aumento e uma redução da taxa média de endividamento de 6,69% no ano de 2018 para 5,04% no ano de 2019. Em 2019 o CDI (Certificado de Depósito Interbancário) finalizou o ano em 4,40%, uma queda de 2,00% comparado o fechamento de 2018 a 6,40%. A redução da taxa de endividamento se deu devido ao ajuste da concentração de endividamento pós fixado (CDI), este saindo de uma de uma

concentração de 54,1% do endividamento em 2018, para 84,2% em 2019, isso devido a linhas de fundos constitucionais e crédito rural (pré-fixadas) foram substituídas por linhas de capital de giro com custo mais reduzido (CDI). Neste ano a companhia teve êxito na oferta de um segundo Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) R\$ 360 milhões em linha de longo prazo com remuneração a 99% do CDI.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela a seguir demonstra a evolução do endividamento da empresa nos anos de 2018 e 2019:

Linha de Crédito (R\$ mil)	Taxas médias anuais de juros (%)			Consolidado	
	Indexador	2018	2019	2018	2019
<u>Aplicados no Imobilizado</u>					
Finame – BNDES	Pré, Cesta de Moedas	5,45%	5,38%	1.762	73.235
				91.762	73.235
<u>Aplicados no Capital de Giro</u>					
Crédito Rural	Pré	6,08%	6,00%	144.855	108.483
Fundos Constitucionais ²	Pré	5,91%	0,00%	234.150	-
CRA	CDI	6,56%	4,41%	201.063	561.447
Capital de Giro	CDI	7,43%	5,08%	100.863	413.490
Financiamento à Exportação	Pré	6,50%	6,50%	208.276	111.422
Financiamento à Exportação	CDI	7,29%	5,12%	627.290	597.789
				1.516.496	1.792.631
Total do Endividamento		6,69%	5,04%	1.608.258	1.865.866
(+/-) Ganhos e perdas com derivativos vinculados a Aplicações e Dívidas (1)				22.483	6.691
(=) Dívida Bruta (Ajustada)				1.585.775	1.859.175
(-) Caixa				642.736	885.418
(=) Dívida Líquida (Ajustada)				943.039	973.757
EBITDA dos últimos 12 meses				752.602	795.521
Dívida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado				1,25x	1,22x

⁽¹⁾ Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) ⁽²⁾ Para o cálculo do custo médio dos Fundos Constitucionais consideramos desconto de 15% relativo ao bônus de adimplência incidentes nessas operações. ⁽³⁾ London Interbank Offer Rate (Libor): Taxa de Juros cobrados pelos bancos de Londres, que serve como referência para a maioria dos empréstimos do sistema financeiro internacional. ⁽⁴⁾ EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses. ⁽⁵⁾ Operações com ganhos e perdas de Derivativos.

Considerações importantes sobre BNDES

Linhas de investimentos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). São garantidos por alienação fiduciária ou penhor dos bens financiados e por aval da Companhia ou da Companhia ou SLC Participações S.A. As amortizações são realizadas em base mensal, anual e semestral, após o período de carência, e se darão entre os períodos de 15/01/2020 a 15/05/2032.

Considerações importantes sobre Crédito Rural

Recursos destinados ao custeio e comercialização de safra, cujas regras, finalidades e condições estão estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR) elaborado pelo Banco Central do Brasil. São garantidos pelo penhor da safra. A periodicidade das suas amortizações é anual, com vencimentos entre os períodos de 16/01/2020 e 03/09/2020.

Considerações importantes sobre Financiamento à Exportação

Financiamento das exportações com linhas de curto e longo-prazo captado em reais ou dólar indexado a Libor 6 meses (London Interbank Offered Rate) mais taxa pré fixada ou somente taxa pré fixada: CCE (Cédula de Crédito à Exportação), NCE (Nota de Crédito de Exportação) e PPE (Pré Pagamento de Exportação). A periodicidade das suas amortizações é anual, semestral ou conforme prazo negociado, com vencimentos entre os períodos de 03/01/2020 e 09/12/2022. São garantidos por aval da Companhia ou da SLC Participações S.A. (controladora) com hipoteca de terras ou com garantia “clean”.

Considerações importantes sobre CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio

Títulos de renda fixa, emitidos pela securitizadora Cibrasec em nome da SLC Agrícola, lastreados em recebíveis originados de negócios entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, abrangendo financiamentos ou empréstimos relacionados à produção, à comercialização, ao beneficiamento ou à industrialização de produtos, insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária. A 1ª emissão é garantida por hipoteca de terras e a 2ª emissão com garantia “clean”. Na 1ª

emissão o pagamento dos juros é semestral e o pagamento do principal integralmente na data de vencimento, no dia 30/11/2020. Na 2ª emissão o pagamento dos juros é semestral e o pagamento do principal em duas parcelas, nos dias 13/06/2022 e 13/06/2023.

- ii. **outras relações de longo prazo com instituições financeiras**
Não aplicável.
- iii. **grau de subordinação entre as dívidas**
Não aplicável.
- iv. **eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

Limites de endividamento e contratação de novas dívidas

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 08 de maio de 2019, revisou os limites de alçada da Diretoria para os seguintes atos (i) emissão de quaisquer instrumentos de crédito para captação de recursos, ou outros de uso comum no mercado, exceto *bonds, notes, comercial papers*; (ii) constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias, de suas controladas e coligadas; e (iii) contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia, bem como para autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia, os quais possuem limite definido no montante de R\$2.400.000.000,00 (dois bilhões e quatrocentos milhões de reais).

Distribuição de dividendos

A Companhia segue os preceitos da Legislação Societária, Lei nº 6.404/76, e as normas constantes do Estatuto Social. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei das Sociedades Anônimas, ajustado para fins do cálculo de dividendos, nos termos do artigo 202 da mesma lei.

Alienação de ativos

O valor limite para aquisição ou alienação de bens do ativo permanente, salvo se a transação estiver contemplada no orçamento da Companhia, é no montante de R\$32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais), conforme deliberação do Conselho de Administração realizada em 05 de julho de 2010.

Emissão de novos valores mobiliários

O Conselho de Administração, conforme estabelece o artigo 19, inciso XIII do Estatuto Social, tem poder para autorizar a emissão de ações da Companhia, independente de reforma estatutária, dentro dos limites previstos no artigo 6º do Estatuto Social, em até mais 1.952.500 (um milhão, novecentas e cinquenta e duas mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Alienação de controle acionário

A alienação do controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos no Estatuto Social, na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia possui um limite de endividamento aprovado em Reunião do Conselho de Administração de R\$2.400.000,00 (dois bilhões de reais). No final de ano exercício de 2019, os financiamentos contratados totalizavam R\$1.859.175 mil, utilizando 77,47% do limite autorizado. Sendo assim, não ultrapassa o limite aprovado pelo Conselho de Administração. Atualmente a empresa não trabalha com nenhum limitador por linha de financiamento, possuindo controle sobre o endividamento total.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Posição em 31 de dezembro de 2019 comparada a 31 de dezembro de 2018.

Ativo Circulante

O Ativo Circulante da Companhia, registrado em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$3.090.810 mil aumentou 19,7% em relação aos R\$2.582.026 mil registrados em 31 de dezembro de 2018, em razão da variação de saldo de várias contas do grupo, conforme veremos abaixo. O Ativo Circulante representa 44,4% do ativo total em 31 de dezembro de 2019 (44,9% em 31 de dezembro de 2018).

Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras de Curto Prazo

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa encerrou com saldo de R\$884.769 mil em 31 de dezembro de 2019, versus R\$642.736 mil registrados em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 37,7%. Em relação ao ativo total, esta conta representa 12,7% em 31 de dezembro de 2019 (11,2% em 31 de dezembro de 2018).

A conta Aplicações Financeiras de Curto Prazo é composta por CDB's, operações compromissadas e letra de arrendamento mercantil com prazo superior a 90 dias e carência para resgate em dezembro de 2019, títulos de capitalização e CDB's com prazo de resgate inferior a 365 dias e vinculados à reciprocidade de manutenção de saldos em contrapartida de liberação de empréstimos. Nosso saldo de aplicações financeiras de curto prazo encerrou o exercício de 2019 com saldo de R\$55.342 mil, apresentando redução em relação a 31 de dezembro de 2018, R\$130.428 mil. Em relação ao ativo total, a conta de Aplicações Financeiras de Curto Prazo representa 0,8% em 31 de dezembro de 2019 (2,3% em 31 de dezembro de 2018).

O aumento do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras de Curto Prazo no período de 2019 se deve, principalmente, ao alongamento do endividamento de longo prazo da Companhia.

Contas a Receber de Clientes

O saldo de Contas a Receber de Clientes encerrou o exercício de 31 de dezembro de 2019 com R\$178.405 mil o que representa um aumento de 35,6% em relação a 31 de dezembro de 2018, R\$131.546 mil. O aumento é justificado pelo volume de vendas do mercado externo em função do embarque do produto. Não houve alterações nas políticas comerciais da empresa no que tange a prazos, bem como não houve ocorrência de perdas por inadimplência de clientes. Em relação ao ativo total, o saldo de contas a receber de clientes representa 2,6% em 31 de dezembro de 2019 (2,3% em 31 de dezembro de 2018).

Adiantamentos a Fornecedores

Nosso saldo de Adiantamentos a Fornecedores de R\$2.443 mil em 31 de dezembro de 2019, apresentou redução de 71,3% em relação aos R\$8.520 mil registrados em 31 de dezembro de 2018. A variação deve-se a liquidação de adiantamentos pendentes em 2018 ao longo de 2019. Em relação ao ativo total, o saldo de Adiantamento a Fornecedores não possui representatividade significativa em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Estoques

O grupo de estoques apresentou um aumento de 23,4% em 31 de dezembro de 2019 em comparação ao mesmo período de 2018 (R\$1.071.354 mil em 31 de dezembro de 2019 versus R\$868.522 mil registrados em 31 de dezembro de 2018). Os estoques de insumos e produtos agrícolas tiveram destaque nesta variação. O aumento nos insumos, foi decorrente a estratégia da Companhia quanto ao prazo de recebimento dos produtos nas fazendas, e os estoques de produtos agrícolas em função de produtividade obtida na safra 2018/19. Em relação ao ativo total os estoques representam 15,1% em 31 de dezembro de 2019 (15,1% em 31 de dezembro de 2018).

Ativo Biológico

O saldo do grupo de Ativo Biológico, em 31 de dezembro de 2019, totalizou R\$780.589(10,7% maior do que os R\$705.390 mil registrados em 31 de dezembro de 2018). O aumento nos gastos com tratos culturais decorrente da maior área plantada, somado a marcação do valor justo do ativo biológico refletem esta variação. Em relação ao ativo total, o saldo de Ativo Biológico representa 11,2% em 31 de dezembro de 2019 (12,3% em 31 de dezembro de 2018).

Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar totalizaram R\$41.943 mil em 31 de dezembro de 2019, apresentando redução de 51,8% em relação aos R\$86.943 mil registrados em 31 de dezembro de 2018. A redução ocorreu devido as compensações de PIS/COFIN; também tivemos no período venda de créditos de ICMS no valor R\$ 3,5 milhões. Em relação ao ativo total, o saldo de Tributos a Recuperar representam 0,6% em 31 de dezembro de 2019 (1,5% em 31 de dezembro de 2018).

Títulos a Receber

O saldo da conta de títulos a receber, de R\$71.657 mil em 31 de dezembro de 2019, aumentou em relação aos R\$66.342 mil registrados em 31 de dezembro de 2018 em 8,0%. A variação no período é decorrente do recebimento da parcela da venda de terras da Fazenda Paiaguás Empreendimentos Agrícolas Ltda. Em contrapartida ocorreu um aumento em função da venda das terras da Fazenda Parnaíba Empreendimentos Agrícolas Ltda. Em relação ao ativo total, o saldo de Títulos a Receber representa 1,0% em 31 de dezembro de 2019 (1,2% em 31 de dezembro de 2018).

Operações com Derivativos

O saldo dessa rubrica totalizou R\$34.008 mil em 31 de dezembro de 2019, reduzindo em 43,5% em relação aos R\$60.222 mil registrados em 31 de dezembro de 2018. Variação negativa resultante das posições com *Commodities* (NDF-Preço) visto a variação negativa do dólar *versus* a manutenção de taxa CDI+ pré e variação negativa de *SWAP* devido as liquidações. Em relação ao ativo total, a conta de Operação com Derivativos corresponde a 0,5% em 31 de dezembro de 2019 (1,0% em 31 de dezembro de 2018).

Outras Contas a Receber

O saldo de outras contas a receber em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$11.412 mil, um aumento em relação ao saldo de R\$5.290 mil de 31 de dezembro de 2018. A variação ocorreu devido a venda de créditos de ICMS, prestação de serviço de abertura de área e de beneficiamento de algodão de terceiros. Em relação ao ativo total, o saldo de Outras Contas a Receber não possui representatividade significativa em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Despesas Antecipadas

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo de despesas antecipadas finalizou em R\$14.030 mil (R\$5.060 mil em 31 de dezembro de 2018). O aumento reflete principalmente a reclassificação de arrendamentos anteriormente classificados como Adiantamento a Fornecedores (Ativo Não Circulante), pagamento antecipado de custos de comercialização de sementes de soja e seguros a apropriar da Companhia. Em

relação ao ativo total o saldo de despesas antecipadas representa 0,2% em 31 de dezembro de 2019 (0,1% em 31 de dezembro de 2018).

Ativo mantidos para Venda

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo da conta Ativos Mantidos para Venda finalizou em R\$189, *versus* R\$1.449 mil em 31 de dezembro de 2018. A redução refere-se à venda de bens disponíveis para negociação. Em relação ao ativo total, o saldo de Ativos Mantidos para Venda não possui representatividade significativa em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Ativo Não Circulante

O Ativo não Circulante apresentou um saldo de R\$3.867.319 em 31 de dezembro de 2019 *versus* R\$3.173.511 mil em 31 de dezembro de 2018, o que representa um aumento de 21,9%. Em relação ao ativo total, o ativo não circulante representa 55,6% em 31 de dezembro de 2019 (55,1% em 31 de dezembro de 2018).

Tributos a Recuperar

Os Tributos a Recuperar totalizaram R\$122.469 mil em 31 de dezembro de 2019, apresentando aumento de 47,7% no saldo em relação aos R\$82.895 mil registrados em 31 de dezembro de 2018. Nesta conta são classificados créditos de ICMS e os pedidos de ressarcimento de PIS/COFINS que a Companhia estima recuperar a partir de 2020. A Companhia periodicamente revisa a composição dos saldos de impostos a recuperar, não existindo em sua composição créditos não recuperáveis. Em relação ao ativo total, o saldo de impostos a recuperar representa 1,8% em 31 de dezembro de 2019 (1,4% em 31 de dezembro de 2018).

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2019 é de R\$22.517 mil, enquanto em 31 de dezembro de 2018 era de R\$17.168 mil, representando aumento de 31,2%. Em relação ao ativo total, o saldo representa 0,3% em 31 de dezembro de 2019 (0,3% em 31 de dezembro de 2018).

Operações com Derivativos

O saldo da conta operações com derivativos totalizou R\$11.328 mil em 31 de dezembro de 2019 (R\$8.770 mil em 31 de dezembro de 2018). Variação positiva de 29,2% é devido ao vencimento de contratos com SWAP e NDF-Câmbio. Em relação ao ativo total, essa conta corresponde a 0,2% em 31 de dezembro de 2019 (0,2% em 31 de dezembro de 2018).

Adiantamento a Fornecedores

O saldo de adiantamento a fornecedores, em 31 de dezembro de 2019, foi 34,5% menor do que o registrado no mesmo período do exercício anterior, totalizando R\$30.241 em relação aos R\$46.176 mil de 31 de dezembro de 2018. Esta conta registra os adiantamentos realizados a arrendadores de terras que a Companhia cultiva. Em relação ao ativo total, o saldo de adiantamento a fornecedores representa 0,4% em 31 de dezembro de 2019 (0,8% em 31 de dezembro de 2018).

Despesas Antecipadas

O saldo de despesas antecipadas encerrou o período findo em 31 de dezembro de 2019 com R\$528 mil, o que representa uma redução em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018, de R\$2.659 mil. Em relação ao ativo total, o saldo não apresenta representatividade em nenhum dos dois períodos.

Outros Créditos

Os outros créditos totalizaram R\$7.945 mil em 31 de dezembro de 2019, com redução de 49,2% em relação ao saldo registrado em 31 de dezembro de 2018 de R\$15.643 mil. Essa redução se deu em função dos depósitos judiciais de arrendamento da Fazenda Palmares compensados com os valores a pagar de arrendamentos. Em relação ao ativo total, o saldo de outros créditos representa 0,1% em 31 de dezembro de 2019 (0,3% em 31 de dezembro de 2018).

Propriedades para Investimento

O saldo da conta Propriedades para Investimentos refere-se ao valor justo de terras de culturas e a infraestrutura nelas existentes quando destinadas a arrendamento para terceiros. O saldo de R\$217.010 mil em 31 de dezembro de 2019 representa um aumento de 3,8% em relação ao mesmo período de 2018 quando era de R\$209.082 em 31 de dezembro de 2018. A variação refere-se ao ajuste do valor justo da área arrendada da Fazenda Palmares Empreendimentos Ltda., Fazenda Parnaíba Empreendimentos Ltda. e Fazenda Paineira Empreendimentos Agrícolas Ltda. Em relação ao ativo total, o saldo desta conta representa 3,1% do ativo total em 31 de dezembro de 2019 (3,6% em 31 de dezembro de 2018).

Imobilizado

O ativo imobilizado registrou aumento de 3,4%, R\$2.878.989 mil em 31 de dezembro de 2019 em comparação aos R\$2.784.265 mil do exercício 31 de dezembro de 2018. O aumento é decorrente dos investimentos previstos no CAPEX da Companhia para o período analisado. Em relação ao ativo total, o saldo representa 41,4 % em 31 de dezembro de 2019 (48,4% registrados em 31 de dezembro de 2018).

Intangível

O intangível apresenta saldo de R\$15.363 mil em 31 de dezembro de 2019 comparados aos R\$6.853 mil de 31 de dezembro de 2018. O aumento reflete o investimento em andamento do novo ERP da Companhia. Em relação ao ativo total, o saldo de intangível representou percentual de 0,2% em 31 de dezembro de 2019 versus 0,1% em 31 de dezembro de 2018.

Ativo de Direito de Uso

A partir de 01 de janeiro de 2019 entrou em vigor a nova legislação sobre a contabilização dos arrendamentos conforme *CPC 06(R2)/IFRS16-Operações de arrendamento mercantil*. A referida norma trouxe impactos significativos às demonstrações financeiras da Companhia passando a reconhecer como Ativo de Direito de Uso, o montante do ativo arrendado durante o prazo do arrendamento. O saldo apurado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$555.031 mil, representando 7,9 % do ativo total.

Passivo Circulante

O saldo do Passivo Circulante em 31 de dezembro de 2019 totalizou em R\$2.043.561 mil, aumento de 8,1% quando comparados com os R\$1.890.191 mil em 31 de dezembro de 2018. Este saldo representa 29,4% do passivo total (32,8% em 31 de dezembro de 2018).

Fornecedores

O saldo a pagar de Fornecedores finalizou em R\$922.000 mil em 31 de dezembro de 2019, 31% maior do que os R\$703.564 mil em 31 de dezembro de 2018. O aumento representa as operações de risco sacado, devido negociação comercial decorrente da necessidade de antecipação de pagamentos pelos fornecedores. Em relação ao passivo total, o saldo de Fornecedores representa 13,3% em 31 de dezembro de 2019 (12,2% em 31 de dezembro de 2018).

Empréstimos e Financiamentos

O saldo de Empréstimos e Financiamentos no curto prazo reduziu em 5,3%, passando para R\$699.515 mil em 31 de dezembro de 2019, *versus* R\$738.712 mil em 31 de dezembro de 2018. A redução seguiu a estratégia da Companhia de troca de dívida para alongamento de prazo e redução de taxas de juros. Em relação ao passivo total, o saldo de Empréstimos e Financiamentos representa 10,1% em 31 de dezembro de 2019 (12,8% em 31 de dezembro de 2018).

Impostos, Taxas e Contribuições Diversas

O saldo de Impostos, Taxas e Contribuições Diversas aumentou consideravelmente passando para R\$57.510 mil em 31 de dezembro de 2019 frente aos R\$24.656 mil em 31 de dezembro de 2018. Tal efeito é devido a base de cálculo tributável de IRPJ/CSLL do ano de 2019 e término da compensação do prejuízo fiscal acumulado. Em relação ao passivo total, o saldo de Impostos, Taxas e Contribuições Diversas representa 0,8% em 31 de dezembro de 2019 (0,4% em 31 de dezembro de 2018).

Obrigações sociais e trabalhistas

As obrigações sociais e trabalhistas tiveram uma redução de 13,4% passando para R\$ 54.572 em 31 de dezembro de 2019 frente aos R\$63.007 mil em 31 de dezembro de 2018. A provisão para participação nos lucros, representa a principal variação. Em relação ao passivo total, o saldo de Obrigações Sociais e Trabalhistas representa 0,8% em 31 de dezembro de 2019 (1,1% em 31 de dezembro de 2018).

Adiantamento de Clientes

Tivemos redução no saldo de adiantamento de clientes em 21,0%, passando para R\$33.289 mil em 31 de dezembro de 2019 *versus* R\$42.163 mil em 31 de dezembro de 2018. A redução é decorrente dos recebimentos antecipados de caroço de algodão e milho, cujos embarques ocorreram durante o 4T19. Em relação ao passivo total, o saldo de Adiantamento de Clientes representa 0,5% em 31 de dezembro de 2019 (0,7% em 31 de dezembro de 2018).

Operações com Derivativos

As operações com derivativos tiveram uma redução relevante, passando para R\$55.230 mil *versus* R\$139.866 mil em 31 de dezembro de 2018. Redução representativa devido à cotação de fechamento do dólar inferior a média de cotação dos contratos em aberto de NDF/Câmbio. (Ptax média de reversão 4,0834 *versus* Ptax em 31/12/2019 4,0307), também ocorreram liquidações no período que estavam alocadas no passivo. Em relação ao passivo total, o saldo de Operações com Derivativos representa 0,8% em 31 de dezembro de 2019 (2,4% em 31 de dezembro de 2018).

Títulos a pagar

Em 31 de dezembro de 2019 a conta Títulos a Pagar aumentou em 6,1%, finalizando com R\$12.273 mil *versus* R\$11.567 mil registrados em 31 de dezembro de 2018. A companhia registra nessa conta os valores a pagar referente aquisição de áreas de terras. Em relação ao passivo total, o saldo de Títulos a Pagar representa 0,2% em 31 de dezembro de 2019 (mesmo percentual em 31 de dezembro de 2018).

Provisões tributárias, cíveis e trabalhistas

O saldo da conta de Provisões para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Ambientais aumentou consideravelmente, passando para R\$4.121 mil em 31 de dezembro de 2019 (R\$2.397 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia registra nesta conta, os litígios referentes a processos judiciais para os quais a perda é provável. Em relação ao passivo total, o saldo desta conta não possui representatividade significativa em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Dividendos a pagar

A conta Dividendos a Pagar, apresenta em 31 de dezembro de 2019 o saldo de R\$73.759 mil *versus* R\$91.804 em 31 de dezembro de 2018. De acordo com o estatuto social, o dividendo é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei.

Arrendamentos a pagar

O saldo de Arrendamentos a pagar em 31 de dezembro de 2019 é de R\$225 mil, com redução significativa frente os R\$58.742 mil em 31 de dezembro de 2018. Essa redução se deu em função da nova forma de contabilização dos arrendamentos de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS16-Operações de arrendamento mercantil. Em relação ao passivo total, o saldo de Arrendamentos a Pagar não possui representatividade significativa em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Passivo de arrendamento com terceiros

O saldo desta conta representa a contabilização da obrigação a pagar de arrendamentos, no prazo de 12 meses, conforme CPC 06(R2)/IFRS16-Operações de Arrendamento mercantil. O montante apurado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$114.567 mil, representando 1,6 % do passivo total.

Outras contas a pagar

O saldo de Outras Contas a Pagar em 31 de dezembro de 2019, finalizou em R\$16.375 mil, *versus* o saldo de R\$13.560 mil em 31 de dezembro de 2018. A Companhia registra nesta conta as provisões SENAR e FETHAB/IAGRO, cuja obrigatoriedade do recolhimento está sendo discutida na esfera administrativa e judicial, respectivamente. Em relação ao passivo total, o saldo desta conta não possui representatividade significativa em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Passivo não circulante

O grupo Passivo Não Circulante apresentou um saldo de R\$1.930.147 mil em 31 de dezembro de 2019, aumento considerável em relação aos R\$1.070.593 mil em 31 de dezembro de 2018. As contas de Empréstimos e Financiamentos e Passivo de Arrendamento com Terceiros refletem a maior representatividade no saldo. Em relação ao passivo total, o passivo não circulante representa 27,7% em 31 de dezembro de 2019 (18,6% em 31 de dezembro de 2018).

Empréstimos e Financiamentos

O saldo da conta Empréstimos e Financiamentos finalizou em 31 de dezembro de 2019 com o valor de R\$1.160.251, 33,9% superior ao saldo de R\$866.359 mil em 31 de dezembro de 2018. O aumento reproduz a estratégia mencionada no saldo de passivo circulante, de troca de dívida para alongamento no prazo e redução das taxas de juros. Em relação ao passivo total, o saldo de Empréstimos e Financiamentos, representa 16,7% em 31 de dezembro de 2019 (15,1% em 31 de dezembro de 2018).

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo desta conta totalizou em R\$247.531 mil *versus* R\$196.247 mil, em 31 de dezembro de 2018, aumentando em 26,1%. Variação em função do aumento das compras de bens do ativo imobilizado, associada à redução da posição ativa dos derivativos. Em relação ao passivo total, o saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos representa 3,7% em 31 de dezembro de 2019 (3,4% em 31 de dezembro de 2018).

Operações com Derivativos

O saldo da conta Operações com Derivativos sofreu redução passando para R\$5.643 mil em 31 de dezembro de 2019 frente aos R\$7.932 mil em 31 de dezembro de 2018. Redução do longo prazo de vencimento de contratos de SWAP e alteração das posições em aberto conforme descrito no ativo

circulante. Em relação ao passivo total, o saldo de Operações com Derivativos representa 0,1% em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

Passivo de arrendamento com terceiros

O saldo desta conta representa a contabilização da obrigação a pagar de arrendamentos, conforme *CPC 06(R2)/IFRS16-Operações de Arrendamento mercantil*. O montante apurado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$515.149 mil, representando 7,4 % do passivo total.

Outras Obrigações

O saldo desta conta em 31 de dezembro de 2019 é de R\$161 mil, antes R\$55 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao passivo total, não possui representatividade significativa em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do patrimônio líquido totalizou R\$2.984.421 o que representa um aumento de 6,8% em relação ao saldo de R\$2.794.753 mil de 31 de dezembro de 2018. Em relação ao passivo total, o patrimônio líquido representa 42,9% em 31 de dezembro de 2019 (48,6% em 31 de dezembro de 2018).

2) Análise das contas de resultado

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida apresentou aumento de 20,8%, totalizando R\$2.535.905 mil em 31 de dezembro de 2019 (R\$2.099.177 mil em 31 de dezembro de 2018). Aumento nos volumes faturados e preços negociados das commodities em comparação com o período anterior contribuíram para essa *performance*.

Algodão em pluma e caroço de algodão

A cultura do algodão em pluma apresentou em 31 de dezembro de 2019, receita líquida de R\$1.212.573 mil (R\$1.088.621 mil em 31 de dezembro de 2018), aumento de 11,4%. O maior volume do produto faturado, somado aos preços negociados pela companhia, justificam a variação. Em relação ao caroço de algodão, apesar do maior volume faturado, tivemos uma redução na receita líquida em 4,2%, totalizando R\$ 77.154 em 31 de dezembro de 2019, (R\$80.496 mil em 31 de dezembro de 2018), decorrente dos menores preços no ano de 2019. O efeito do ajuste ao valor justo do ativo biológico na receita operacional líquida do algodão em pluma foi de R\$224.433 mil em 31 de dezembro de 2019 (R\$346.989 mil em 31 de dezembro de 2018). No caroço de algodão o efeito foi de R\$15.411 mil (R\$23.563 mil em 31 de dezembro de 2018).

Soja

A receita operacional líquida referente às vendas de soja aumentou em 18,4%, passando para R\$1.036.218 mil em 31 de dezembro de 2019 (R\$875.235 mil em 31 de dezembro de 2018). O volume faturado em 2019, 6,6% superior ao período de 2018, somado aos preços negociados do produto justificam o aumento. Em relação ao efeito do valor justo do ativo biológico na receita no período comparado, houve uma redução em 33,5%, totalizando R\$229.668 mil em 31 de dezembro de 2019 (R\$345.625 mil em 31 de dezembro de 2018).

Milho

O aumento no volume faturado da cultura em 49,0% foi o principal efeito receita operacional líquida, que totalizou R\$253.376 mil em 31 de dezembro de 2019 quando comparado com os R\$146.151 mil em 31 de dezembro de 2018. O Preço negociado da *commodity* também apresentou aumento em 19,9% em 2019. O efeito do ajuste do valor justo do ativo biológico na receita foi de R\$17.933 mil, apresentando recuperação diante dos (R\$216 mil) em 31 de dezembro de 2018, em função dos melhores preços.

Outras receitas

A receita operacional líquida referente às demais receitas totalizou R\$72.874 mil em 31 de dezembro de 2019 e R\$39.483 mil em 31 de dezembro de 2018. O aumento de 84,6% no período comparado está relacionado ao aumento na receita de arrendamentos a terceiros, comercialização de soja semente, além da receita com prestação de serviços, venda de rebanho bovino e demais culturas de menor representatividade.

Impostos e contribuições sobre vendas

Nesta conta são registrados os valores de tributos incidentes sobre a receita bruta. No período findo em 31 de dezembro de 2019 o valor total foi de R\$78.803 mil (R\$63.964 mil em 31 de dezembro de 2018), aumentando em 23,2%, principalmente em função do maior volume faturado.

Custo dos Produtos Vendidos

Nosso custo de produtos vendidos, em 2019 apresentou um aumento de 27,6%, passando para R\$1.733.206 mil (R\$1.358.234 mil em 31 de dezembro de 2018). O aumento representa o maior volume faturado no exercício.

Algodão em Pluma

O custo do algodão em pluma teve aumento de 34,3%, passando para R\$762.874 mil em 31 de dezembro de 2019 (R\$567.966 mil em 31 de dezembro de 2018). Este aumento é decorrente do maior volume faturado do produto. O efeito do valor justo do ativo biológico no custo em 2019 foi de R\$254.413 mil em 31 de dezembro de 2019 (R\$293.885 mil em 31 de dezembro de 2018). Em relação à receita líquida total o custo do algodão em pluma representa 30,1% em 31 de dezembro de 2019, (27,1% em 31 de dezembro de 2018).

Caroço de Algodão

O custo de caroço de algodão teve aumento de 15,6%, passando para R\$61.257 mil em 31 de dezembro de 2019 (R\$52.980 mil em 31 de dezembro de 2018). A variação no volume faturado do produto no período ocasionou o aumento no custo unitário. O efeito do valor justo do ativo biológico no custo foi de R\$15.898 mil em comparação com R\$24.428 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação à receita líquida total o custo do caroço de algodão representa 2,4% em 31 de dezembro de 2019 (2,5% em 31 de dezembro de 2018).

Soja

O custo de soja apresentou aumento de 13,5%, passando para R\$644.331 mil em 31 de dezembro de 2019 (R\$567.844 mil em 31 de dezembro de 2018). A maior quantidade faturada no exercício de 2019 justifica o aumento. O efeito do valor justo do ativo biológico no custo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$217.389 mil (R\$296.085 mil em 31 de dezembro de 2018). Em relação à receita líquida total o custo da soja representa 25,4% em 31 de dezembro de 2019 (27,1% em 31 de dezembro de 2018).

Milho

O custo das vendas de milho apresentou um aumento em 31 de dezembro de 2019, passando para R\$198.182 mil, 48,9% maior em comparação com os R\$133.109 mil em 31 de dezembro de 2018. A maior

área plantada justifica o aumento. O efeito do valor justo do ativo biológico no custo foi de (R\$19.593) mil no exercício de 2019 comparados a R\$1.971 mil no exercício de 2018. Em relação à receita líquida total, o custo das vendas do milho representa 7,8% em 31 de dezembro de 2019 (6,3% em 31 de dezembro de 2018).

Outras

O custo dos demais produtos apresentou aumento de 83,2%, passando para R\$66.562 mil em comparação com os R\$36.335 mil encerrados em 31 de dezembro de 2018. O efeito desta variação está relacionado ao custo de arrendamentos a terceiros, comercialização de soja semente, além da prestação de serviços, rebanho bovino e demais culturas de menor representatividade. Em relação à receita líquida total o custo dos demais produtos representa 2,6% em 31 de dezembro de 2019 (1,7% em 31 de dezembro de 2018).

Lucro Bruto

O Lucro bruto da Companhia apresentou redução de 7,4%, totalizando em R\$783.184 mil em 31 de dezembro de 2019 (R\$845.958 mil em 31 de dezembro de 2018). A redução na margem unitária do algodão em pluma e caroço de algodão além da variação do valor justo dos ativos biológicos foram os principais impactantes para a variação ocorrida.

Despesas com Vendas

No período comparado, as despesas com vendas aumentaram em 28,9% passando para R\$152.972 mil em 31 de dezembro de 2019, comparado com os R\$118.674 mil em 31 de dezembro de 2018. O efeito está relacionado com maior volume faturado de algodão em pluma, ocasionando o aumento nas despesas de exportação. Como percentual da receita líquida total nossas despesas com vendas representam 6,0% em 31 de dezembro de 2019 (5,7% em 31 de dezembro de 2018).

Despesas Gerais e administrativas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, excluído o impacto da participação nos resultados, as despesas gerais e administrativas apresentaram aumento de 22,6%. O valor total em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$63.236 mil (R\$51.573 mil em 31 de dezembro de 2018). Os gastos com pessoal, a manutenção e aquisição de *software* e as contingências tributárias, trabalhistas e ambientais, representam as maiores variações deste grupo. Se incluirmos o impacto da Participação no Resultados, que em 2019 representou R\$26.088 mil (R\$35.960 mil em 31 de dezembro de 2018), as despesas gerais e administrativas aumentaram 2,0% em 2019, R\$89.324 mil em 31 de dezembro de 2019 (R\$87.533 mil 31 de dezembro de 2018).

Honorários da administração

A despesa com honorários da administração não teve grande variação passando para R\$13.827 mil (R\$13.981 mil em 31 de dezembro de 2018). Como percentual da receita líquida total, os honorários da administração representam 0,5% em 31 de dezembro de 2019 (0,6% em 31 de dezembro de 2018).

Resultado Financeiro

O resultado financeiro foi impactado pela adoção do IFRS 16, o que adicionou a linha de ajuste a valor presente dos arrendamentos, em despesas financeiras a partir do ano de 2019. Além disso, houve aumento no endividamento líquido em relação a 2018, fruto da maior necessidade de capital de giro dado o aumento na área plantada, o que ocasionou elevação na apropriação de juros.

Despesas financeiras

Despesas Financeiras apresentou uma redução de 3,2%, passando para R\$347.709 mil no exercício de 31 de dezembro de 2019 (R\$359.282 mil em 31 de dezembro de 2018). Como percentual da receita líquida,

as despesas financeiras representam 13,7% em 31 de dezembro de 2019 (17,1% em 31 de dezembro de 2018).

Receitas financeiras

Receitas Financeiras apresentou redução de 28,9% quando comparamos os R\$203.659 mil de 31 de dezembro de 2019 com os R\$286.606 em 31 de dezembro de 2018. Como percentual da receita líquida total, as receitas financeiras passaram para 8,0% em 31 de dezembro de 2019 (13,7% em 31 de dezembro de 2018).

Outras receitas operacionais

A conta de Outras Receitas Operacionais totalizou R\$31.651 mil em 31 de dezembro de 2019 *versus* R\$31.987 mil no exercício findado em 31 de dezembro de 2018. Em relação à receita líquida, representam 1,2% em 31 de dezembro de 2019 (1,5% em 31 de dezembro de 2018).

Resultado antes dos impostos

Pelos motivos anteriormente expostos, o lucro antes dos impostos, em 31 de dezembro de 2019 totalizou em R\$414.662 mil (R\$585.081 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018). Como percentual da receita líquida, o lucro operacional representa 16,4% em 31 de dezembro de 2019 (27,9% em 31 de dezembro de 2018).

Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

O Imposto de Renda e Contribuição Social corrente reduziram em 6,4%, passando para R\$90.856 mil (R\$97.023 mil em 31 de dezembro de 2018). Em relação à receita líquida representam 3,6% em 31 de dezembro de 2019 (4,6% em 31 de dezembro de 2018).

Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

O imposto de renda e contribuição social diferido finalizou em R\$8.765 mil em 31 de dezembro de 2019 (R\$81.557 mil em 2018). Como percentual da receita líquida, o imposto de renda e contribuição social diferida representa 0,3% em 2019 e 3,9% em 2018.

Lucro do exercício

O lucro do exercício em 31 de dezembro de 2019 apresentou redução de 22,5%, R\$315.041 mil em comparação a R\$406.501 mil em 31 de dezembro de 2018. A margem líquida em 2019 foi de 11,5% (19,3% em 31 de dezembro de 2018).

10.2 Os Diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita é originada, substancialmente, da venda da produção própria de algodão em pluma, caroço de algodão, soja em grão e milho em grão. Além disso, influenciam nossas receitas o registro do valor justo dos ativos biológicos, uma parcela menor da nossa receita, contabilizada na linha de “outras receitas operacionais”, é originada das vendas eventuais de sobra de estoque de matéria prima (fertilizantes, defensivos agrícolas e sementes).

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2019, entregamos um Lucro Líquido Consolidado (operação agrícola + venda de terras) de R\$315,0 milhões, apresentando queda de 6,9p.p. em relação à 2018, com margem de 12,4%.

Realizamos em 2019 um Lucro Líquido Consolidado da operação agrícola de R\$292,8 milhões, com declínio de 27,7% sobre 2018, e com margem de 11,5%. O principal impacto foi oriundo do cálculo da Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos na cultura do algodão (variação de R\$122,6 milhões entre os anos), que refletiu a expectativa de menores margens para a cultura do algodão da safra 2018/19 versus a safra 2017/18, em função de menores produtividades entre as safras.

Além disso, houve a venda de 5.205 hectares (4.162 úteis) pelo montante de R\$83,2, teve impacto de R\$22,1 milhões no resultado líquido, considerando que o custo contábil da área vendida era de R\$36 milhões (Baixa do Ativo Imobilizado), e; que as regras contábeis do IFRS para operações de venda com retroarrendamento exigem um ajuste adicional de R\$19,5 milhões (esse cálculo está representado pela conta "Ajustes IFRS 16 – lucros retidos"). O cálculo reflete o valor presente do arrendamento a ser pago pelo uso do ativo ao longo do contrato e também o Ativo de Direito de Uso retido pela Companhia.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nosso resultado operacional em 2019 foi de R\$ 558,7 milhões. Estimamos que as variações dos índices de inflação impactaram nosso resultado operacional negativamente em aproximadamente R\$ 44,7 milhões no ano de 2019. Em 2018 nosso resultado operacional foi positivo, atingindo R\$ 657,8, milhões. Estimamos que as variações dos índices de inflação impactaram nosso resultado operacional negativamente em aproximadamente R\$ 40,1 milhões no ano de 2018. Nossos custos são impactados pela variação de preços internacionais dos principais insumos agrícolas “Fertilizantes e Defensivos”. Estes custos estão vinculados ao dólar, e podem ainda sofrer alteração conforme o quadro de oferta e demanda mundial. Nos demais custos, tais como mão de obra e custos gerais, a influência do IGPM é mais presente. Estes incrementos trouxeram impactos negativos para a margem operacional de 2019 em 1,8% e 2018 em 1,4%.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não aplicável

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável

10.4 Os diretores devem comentar:

d. mudanças significativas nas práticas contábeis

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

e. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

IFRS 16 / CPC 06 (R2) Operações de arrendamento mercantil (Vigência a partir de 01/01/2019)

A IFRS 16 (CPC - 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil) foi emitida em janeiro de 2016 e substituiu a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, a IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, o SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos - e o SIC-27 Avaliação da substância de

transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17.

A IFRS 16/CPC - 06 (R2) entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019. A referida norma trouxe impactos significativos às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois a Companhia passou reconhecer o passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. Os principais contratos da Companhia se referem a operações de arrendamento de terras, além de outros contratos de menor relevância que envolvem o aluguel de algodozeiras, maquinários e imóveis.

Abordagem na transição

A Companhia optou pelo método retrospectivo modificado considerando o valor do direito de uso do ativo mensurado pelo valor equivalente ao passivo de arrendamento, calculado a valor presente pela taxa de juros incremental do arrendatário na data de transição.

Esta abordagem não impacta lucros acumulados (patrimônio líquido), na data da adoção inicial, uma vez que o montante de ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamento, atualizados a valor presente conforme a norma possibilita em seus expedientes práticos.

Escopo do IFRS 16 / CPC 06 (R2)

A Companhia analisou seus contratos, de acordo com os requisitos da IFRS 16/CPC 06 (R2) e dentre suas principais operações de arrendamento, concluiu que os contratos abaixo atendem a definição de arrendamento e estão dentro do escopo da IFRS 16/CPC 06 (R2):

- a) Arrendamentos de terras indexados pela cotação da saca de soja;
- b) Arrendamentos de terras calculados sobre um percentual do valor de avaliação dos imóveis;
- c) Aluguéis de prédios da sede administrativa;
- d) Aluguéis de maquinários; e
- o Aluguéis de algodozeira.

Escopo do IFRS 16 / CPC 06 (R2)

Para os casos abaixo não foram mensurados o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, por apresentarem incerteza na mensuração do valor (preço totalmente variável), não apresentarem um valor mínimo a ser pago ou serem de curta duração:

- a) Contratos de parcerias: estes contratos determinam que a Companhia pague ao arrendador, por ano/safra de vigência, percentual da produção auferida, sendo o preço totalmente variável;
- b) Adicionais atrelados à produtividade: além do preço do arrendamento, alguns contratos preveem acréscimo do valor, através de adicional da produtividade, resultante da média aritmética da produtividade obtida com a exploração agrícola pela arrendatária. Os contratos com esse tipo de característica foram mensurados pelo montante fixo mínimo, sendo o adicional atrelado à produtividade considerado como totalmente variável; e
- c) Outros arrendamentos de maquinários e equipamentos: os contratos possuem valor variável, com base na utilização dos ativos subjacentes, além de terem prazo de vigência inferior a um ano.

Impactos da adoção inicial

O impacto da adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 está apresentado abaixo:

	Controladora	Consolidado
	01/01/2019	01/01/2019
Ativo		
Realizável a longo prazo		
Ativos de direito de uso de arrendamento		
Algodoeira	9.259	11.501
Terras de cultura	1.200.176	484.352
Locação de prédios	2.516	883
Total do ativo	1.211.951	496.736
Ajuste PIS/COFINS	45.781	18.670
Total do ativo	1.257.732	515.406
Passivo		
Circulante		
Passivos de arrendamento	120.249	78.638
Não circulante		
Passivos de arrendamento	1.091.702	418.098
Total do passivo	1.211.951	496.736
Ajuste PIS/COFINS	45.781	18.670
Total do passivo	1.257.732	515.406

(1) A Companhia inicialmente mensurou o passivo de arrendamento e o correspondente ativo de direito de uso destacando o PIS e a COFINS conforme evidenciado em suas notas explicativas as ITRs. Com o advento do Ofício-Circular CVM 02/2019, a Companhia passou a mensurar o passivo de arrendamento, e o respectivo ativo de direito de uso, pelo valor total a pagar, sem segregação de impostos de PIS e COFINS.

A mensuração inicial do ativo de direito de uso corresponde ao valor do passivo de arrendamento. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

A movimentação dos ativos de direito de uso no período findo em 31 de dezembro de 2019 está abaixo apresentada:

	Controladora	Consolidado
Adoção inicial do IFRS 16 (CPC 06 (R2))	1.211.951	496.736
Ajuste PIS/COFINS	45.781	18.670
	1.257.732	515.406
Remensuração	194.604	75.432
Adições de novos contratos	70.393	50.726
(-) Amortização do ativo de direito de uso	(133.760)	(86.533)
	1.388.969	555.031
Algodoeira	15.789	17.471
Terras de cultura	1.359.743	524.123
Locação de prédios	718	718
Máquinas	12.719	12.719
Saldo em 31/12/2019	1.388.969	555.031
Amortização de direito de uso no exercício:		
Algodoeira	(1.394)	(2.137)
Terras de cultura	(129.955)	(81.985)
Locação de prédios	(438)	(438)
Máquinas	(1.973)	(1.973)
Total do exercício	(133.760)	(86.533)

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está abaixo apresentada:

	Controladora	Consolidado
Adoção Inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2) - Passivo de arrendamento	2.167.898	711.719
Adoção Inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2) - AVP - Passivo de arrendamento	(955.947)	(214.983)
Saldo em 01/01/ 2019	1.211.951	496.736
Ajuste PIS/COFINS	45.781	18.670
Saldo ajustado em 01/01/ 2019	1.257.732	515.406
Adições de novos contratos e remensurações do passivo de arrendamento	265.003	145.632
Realização do AVP sobre passivo de arrendamento	121.740	47.607
(-)Pagamentos	(147.019)	(78.929)
Saldo em 31/12/2019	1.497.456	629.716
Passivo circulante	210.589	114.567
Partes relacionadas (nota 14.a)	104.591	-
Terceiros	105.998	114.567
Passivo não Circulante	1.286.867	515.149
Partes relacionadas(nota 14.a)	795.214	-
Terceiros	491.653	515.149

Dos contratos que foram escopo do IFRS 16, a administração da Companhia considerou como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e aluguéis, líquidos de efeitos tributários, ajustado a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto.

A taxa incremental de captação, utilizada pela Companhia para desconto, é composta pela “curva ponderada do CDI/Pré”, somado ao risco de crédito da Companhia e a um spread de risco do ativo subjacente.

Cabe destacar que os contratos de arrendamento de terra são indexados pela cotação da saca de soja na região de cada unidade de produção, sendo os valores do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento convertidos para Reais utilizando-se a cotação da soja em cada região. Os valores dos pagamentos podem sofrer variação significativa até o momento do pagamento, em função da alteração do valor do mercado de soja em cada região.

Impactos no resultado do período

Com a implantação da norma IFRS 16/CPC 06 (R2), todos os arrendamentos passaram a ser contabilizados sob um único modelo, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros, trazendo um novo componente financeiro, o qual reduziu o custo de produção, em função do efeito de registro do ajuste a valor presente no resultado financeiro. O valor registrado no resultado financeiro do período representa R\$ 121.740 na controladora e R\$ 47.607 no consolidado.

A despesa do exercício referente a pagamentos variáveis de arrendamento não incluída na mensuração de passivo de arrendamento foi de R\$ 12.389.

A Companhia possui contratos de arrendamentos de terras com suas controladas. A adoção da referida norma ocasionou diferenças entre o resultado da controladora e do consolidado, as quais foram ajustadas no cálculo de equivalência patrimonial da controladora, de forma que o resultado do período da controladora e o resultado consolidado atribuído aos acionistas controladores fosse igual, com base no previsto no ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

Subarrendamento de ativo de direito de uso

Em 27 de dezembro de 2019 foi assinado contrato de arrendamento rural da SLC Agrícola S.A com a SLC Landco Empreendimentos Agrícolas S.A, por um prazo mínimo de 10 anos. Concomitante com a assinatura deste contrato de arrendamento rural, a SLC Agrícola S.A celebrou contrato de subarrendamento com a Fazenda Perdizes Empreendimentos Agrícolas S.A., pelo mesmo período de arrendamento.

A receita da Controladora no exercício, resultante de subarrendamento de ativos de direito de uso, foi de R\$ 1.095.

Informações complementares

A Companhia, em plena conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2).

Em 31 de dezembro de 2019, o fluxo contratual bruto dos contratos de arrendamento com direito ao crédito de PIS/COFINS é de R\$2.489.415 na controladora e R\$839.494 no consolidado. O potencial crédito de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto, trazido a valor presente é R\$156.092 na controladora e R\$55.326 no consolidado.

Em atendimento à orientação das áreas técnicas da CVM, conforme requerido no ofício-circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019 com o objetivo de fornecer informação adicional aos usuários, são apresentados a seguir os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do ativo de direito de uso, do ajuste a valor presente e da amortização do direito de uso considerando a projeção de inflação futura nos fluxos a serem descontados.

Na remensuração do passivo de arrendamento, a Companhia procedeu a projeção de fluxo de caixa com inflação futura, incorporando a inflação obtida através da cotação de contratos futuros disponível na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão, descontadas pela mesma taxa identificada na mensuração inicial, apresentando os impactos conforme abaixo:

Controladora		
	Contraprestações sem inflação ⁽¹⁾	Contraprestações com inflação ⁽²⁾
Ativo de Direito de Uso	1.388.969	1.792.792
Passivo de Arrendamento - Circulante	210.589	228.013
Passivo de Arrendamento - Não Circulante	1.286.867	1.740.470
Amortização de direito de uso	65.787	77.736
AVP - passivo de arrendamento	121.740	158.257
Consolidado		
	Contraprestações sem inflação ⁽¹⁾	Contraprestações com inflação ⁽²⁾
Ativo de Direito de Uso	555.031	673.983
Passivo de Arrendamento - Circulante	114.567	122.932
Passivo de Arrendamento - Não Circulante	515.149	649.394
Amortização de direito de uso	43.336	49.035
AVP - passivo de arrendamento	47.607	57.552

⁽¹⁾ Fluxo de caixa descontado sem considerar inflação futura projetada

⁽²⁾ Fluxo de caixa descontado considerando inflação futura projetada

Segue abaixo o fluxo contratual bruto:

	Controladora		Consolidado	
	Contraprestações sem inflação ⁽¹⁾	Contraprestações com inflação ⁽²⁾	Contraprestações sem inflação ⁽¹⁾	Contraprestações com inflação ⁽²⁾
até 1 ano	220.810	238.819	118.872	127.442
de 1 a 2 anos	212.588	212.609	109.695	106.766
de 2 a 3 anos	208.736	208.737	103.926	100.977
de 3 a 4 anos	207.659	207.659	102.586	99.636
de 4 a 5 anos	190.104	190.104	84.153	81.203
acima de 5 anos	1.530.315	2.578.896	375.865	621.370
	2.570.212	3.636.822	895.097	1.137.392

⁽¹⁾ Fluxo de caixa descontado sem considerar inflação futura projetada

⁽²⁾ Fluxo de caixa descontado considerando inflação futura projetada

Sale and leaseback

A Companhia, em linha com a estratégia atual de realização de ganhos imobiliários, assinou Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Imóvel Rural, através do qual vendeu a terceiros um total de 5.205 hectares de terras, sendo 4.162 de área útil, por um valor de R\$ 83,2 milhões. A área pertencia à sua controlada Fazenda Parnaíba Empreendimentos Agrícola Ltda., no município de Tasso Fragoso, no Maranhão.

O pagamento de 50% do valor foi recebido em 21 de novembro de 2019. O valor restante foi depositado em uma conta garantida ("Escrow Account"), e o acesso aos recursos ocorrerá quando do registro da Escritura Pública de Compra e Venda.

O contrato prevê, ainda, condições precedentes, que incluem algumas formalizações de entregas documentais, regularização de reserva legal, registros em cartório de registro de imóveis com os desmembramentos da matrícula e liberação de hipotecas, em decorrência da venda, as quais deverão ser cumpridas no prazo de até 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, além da própria transferência dos recursos para a Companhia.

Ato contínuo, a Companhia assinou contrato de arrendamento destas terras, que continuarão sendo operadas pela Companhia (operação de "sale and leaseback"), com pagamento de arrendamento a valor de mercado, pelo prazo de 7 anos, com término previsto para 2029. O passivo de arrendamento desta transação resultou em R\$28.115 e o ativo de direito de uso ajustado nesta data foi de R\$8.649, mensurado de acordo com o CPC 06 (R2) (IFRS 16).

A Companhia aplicou todos os requisitos do CPC 47 (IFRS 15) e o atendimento das obrigações de performance, para determinar que a transferência deste ativo fosse contabilizada como venda neste exercício.

Dessa forma, o impacto da venda de terras no resultado do exercício está demonstrado abaixo:

	Consolidado
Receita de venda de terras	83.245
(-) Passivo de arrendamento, referente ao <i>leaseback</i>	-28.115
(-) Custo da venda de terras	-36.029
(+) Ativo de direito, referente ao <i>leaseback</i>	8.649
Impacto no resultado do exercício	27.750

IFRIC 23 Incertezas sobre o tratamento do imposto de renda (Vigência a partir de 01/01/2019)

A interpretação (equivalente ao ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 01 de janeiro de 2019. A Companhia realizou a adoção da norma a partir da data de vigência e concluiu que não há impactos relevantes em suas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

f. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nos últimos 3 exercícios sociais não ocorreu ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

I. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não aplicável.

II. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável.

III. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia e suas controladas têm contratos de venda para entrega futura com alguns clientes, conforme demonstrado a seguir:

Controladora					
Produto	Data de entrega	Quantidade	Contratos	Unidade	Preço
<u>Safra 2018/19</u>					
Algodão em Pluma	Jan-Jun/20	40.701	36	ton	US\$ 1.609,58
Milho	Jan/20	372.500	5	sc	R\$ 40,72
<u>Safra 2019/20</u>					
Algodão em Pluma	Ago/20-Jul/21	120.800	30	ton	US\$ 1.628,54
Soja	Jan/20 - Mai/20	3.619.000	19	sc	US\$ 18,13
Soja	Jan/20 - Mai/20	2.500.237	38	sc	R\$ 68,01
Milho	Jun/20-Ago/20	4.300.000	17	sc	R\$ 27,47
Consolidado					
Produto	Data de entrega	Quantidade	Contratos	Unidade	Preço
<u>Safra 2018/19</u>					
Algodão em Pluma	Jan/20-Jun/20	44.727	47	ton	US\$ 1.596,57
Milho	Jan/20	372.500	5	sc	R\$ 40,72
<u>Safra 2019/20</u>					
Algodão em Pluma	Ago/20-Jul/21	132.800	33	ton	US\$ 1.618,84
Soja	Jan/20-Mai/20	4.700.020	27	sc	US\$ 17,86
Soja	Jan/20-Mai/20	2.772.737	41	sc	R\$ 67,83
Milho	Jun/20-Set/20	5.121.667	23	sc	R\$ 25,99

Os contratos futuros têm por objetivo garantir preços de vendas ou volume de vendas. Quando o preço não é Pré-fixado, na previsão contratual é estipulada uma data limite para fixação de preço baseada no preço futuro do contrato e produto de referência. Para a proteção destes contratos são feitas operações de hedge financeiro, visando minimizar os riscos.

IV. contratos de construção não terminada

Não aplicável.

V. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a. **como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
Com relação aos contratos de venda para entrega futura, no momento da sua realização (transferência do controle ao cliente), serão registrados como receita e custo na companhia.
- b. **natureza e o propósito da operação**
A companhia realiza contratos de venda para entrega futura para garantir margem.
- c. **natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**
Informações constantes do item 10.6, letra a, item iii.

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a. **investimentos, incluindo:**
 - i. **descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**
A companhia não fornece guidance dos investimentos previstos, apenas informações relativas aos dados realizados e divulgados.
 - ii. **fontes de financiamento dos investimentos**
A diretoria da SLC Agrícola utiliza (i) NCE, CRA e (ii) Finame/BNDES como as principais fontes de financiamentos de investimento de longo prazo. Apenas instituições de primeira linha ofertam esses financiamentos à empresa.
 - iii. **desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**
Não aplicável.
- b. **desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**
Em 2019, seguindo o plano de crescimento da companhia, foram investidos R\$ 276 milhões, compostos da seguinte maneira: R\$46 milhões na correção e limpeza do solo das unidades, R\$ 109 milhões em máquinas, implementos e equipamentos agrícolas, R\$ 85 milhões em obras e instalações, como estrutura das novas unidades, ampliações/adequações de algodozeiras, silos e armazém para armazenagem de grão, também tivemos R\$ 4 milhões para veículos e R\$32 milhões para outros como despesas com aeronave, benfeitorias, software, dentre outros...

Os novos produtos e serviços, indicando:

- i. **descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**
- ii. **montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**
- iii. **projetos em desenvolvimento já divulgados**
- iv. **montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável para todos os itens da letra c.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não aplicável.

ANEXO 3 – PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO - DOCUMENTOS PREVISTOS NO ARTIGO 9º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09 ANEXO 9 DA INSTRUÇÃO 481 DA CVM

1. Informar o lucro líquido do exercício

O valor do lucro líquido da Controladora foi no montante de R\$311.514.020,16 (trezentos e onze milhões, quinhentos e quatorze mil, vinte reais e dezesseis centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

A companhia propõe o pagamento de dividendos no montante global de R\$147.499.548,94 (cento e quarenta e sete milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, quinhentos e quarenta e oito reais e noventa e quatro centavos).

Em relação a esta proposta, em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 09 de abril de 2020 às 09:00 horas, foi aprovado a distribuição antecipada de 25% dos dividendos obrigatórios ordinários anuais, à conta do lucro remanescente após as deduções legais e estatutárias destinadas às reservas da Companhia, apurada com base no resultado referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, no valor total de R\$73.749.774,47 (setenta e três milhões, setecentos e quarenta e nove mil, setecentos e setenta e quatro reais e quarenta e sete centavos).

O pagamento dos dividendos foi efetuado aos acionistas detentores de ações da Companhia em 14 de maio de 2020, na proporção de suas participações no capital social da Companhia, sendo R\$ 0,39398586 por ação ordinária, excluídas as ações em tesouraria, de acordo com a posição acionária da Companhia detida em 07 de maio de 2020, sendo que as ações de emissão da Companhia passaram a ser negociadas ex-dividendos em 08 de maio de 2020.

Na assembleia a ser realizada em 30 de julho, às 11:00hs, a companhia propõe a distribuição adicional de 25% dos dividendos obrigatórios ordinários anuais, à conta do lucro remanescente após as deduções legais e estatutárias destinadas às reservas da Companhia, apurada com base no resultado referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, no valor total de R\$73.749.774,47 (setenta e três milhões, setecentos e quarenta e nove mil, setecentos e setenta e quatro reais e quarenta e sete centavos). correspondendo a R\$ 0,393790 por ação (excluídas *3.312.972 ações em tesouraria, saldo em 24/06/2020. (*quantidade de ações será atualizada na data base de pagamento dos dividendos a ser aprovado em Assembleia).

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

A Companhia vai distribuir 50% do lucro líquido da Controladora, limite superior aos 25% obrigatórios, conforme estipula o artigo 202 da Lei 6.404/76 e disposições do artigo 35 do Estatuto Social.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

Na assembleia a ser realizada em 30 de julho, às 11:00hs, a companhia propõe a distribuição adicional de 25% dos dividendos obrigatórios ordinários anuais, à conta do lucro remanescente após as deduções legais e estatutárias destinadas às reservas da Companhia, apurada com base no resultado referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, no valor total de R\$73.749.774,47 (setenta e três milhões, setecentos e quarenta e nove mil, setecentos e setenta e quatro reais e quarenta e sete centavos). correspondendo a R\$ 0,393790 por ação

(excluídas *3.312.972 ações em tesouraria, saldo em 24/06/2020. (*quantidade de ações será atualizada na data base de pagamento dos dividendos a ser aprovado em Assembleia).

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

A companhia realiza o pagamento de dividendos, conforme a disponibilidade financeira em consonância com as regras da legislação societária (Lei 6.404/76, regulamentação CVM e normas do Estatuto Social). A data de pagamento do montante remanescente será definida, mediante aprovação, na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de julho de 2020.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

A Companhia não tem previsão estatutária em relação à atualização, juros sobre dividendos e juros sobre o capital próprio.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Será declarado, no dia 30/07/2020, após aprovação em Assembleia, o pagamento adicional de 25% dos dividendos obrigatórios ordinários anuais, à conta do lucro remanescente após as deduções legais e estatutárias destinadas às reservas da Companhia, apurada com base no resultado referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Os acionistas que estejam na base acionária até 30/07/2020 terão direito ao pagamento de dividendos. As ações passam a ser negociadas ex-dividendos a partir do dia 31/07/2020.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

A Companhia não realizou pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro Líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

R\$	2017	2018	2019
Lucro Líquido	356.341.316,61	381.249.912,29	311.514.020,16
Reserva Legal	17.598.734,90	19.062.495,61	15.575.701,01
Reserva de Incentivos Fiscais	4.366.618,61	9.565.162,20	939.221,27
Base cálculo p/dividendos	334.375.963,10	352.622.254,48	294.999.097,88
% dividendos pagos	60%	50%	50%
Dividendos Distribuídos	200.000.000,00	176.311.127,24	147.499.548,94
Reserva de Incentivos Fiscais (rerratificação)	10.675.229,17		
Ações emitidas (ON)	95.297.500	190.595.000	190.595.000
Dividendos p/ação ON	2,098691	0,925056	0,773900
Ações em tesouraria	1.603.078	2.434.670	3.312.972
Dividendos p/ação ON (s/ações em tesouraria)	2,134599	0,937026	*0,787580

*quantidade de ações será atualizada na data base de pagamento dos dividendos a ser aprovado em Assembleia).

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Tabela informada no item a.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Em relação ao exercício social encerrado em 31/12/2019, foi destinado R\$15.575.701,01 (quinze milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, setecentos e um reais e um centavo). No item 7 letra (a) consta os valores destinados a Reserva Legal nos 3 últimos exercícios sociais.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A esta reserva devem ser destinados 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% (vinte por cento) do Capital Social, por força do disposto no artigo 193 da Lei 6.404/76 e do artigo 35 do Estatuto Social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

As ações da Companhia são todas do tipo ON (ações ordinárias).

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Artigo 35, letra e do estatuto social da Companhia:

“uma parcela destinada ao pagamento de um dividendo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações”.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Pago integralmente em 14 de maio de 2020, em razão da deliberação do Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 09 de abril de 2020.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não ocorreu retenção de dividendos, nos três últimos exercícios sociais.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

A proposta da Companhia para a distribuição dos lucros, apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, não prevê retenção de dividendo obrigatório.

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável

- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
Não aplicável
- c. Justificar a retenção dos dividendos
Não aplicável

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

A proposta da Companhia para a distribuição dos lucros, apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, não prevê constituição de reserva de contingências.

- a. Identificar o montante destinado à reserva
Não aplicável
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
Não aplicável
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável
Não aplicável
- d. Justificar a constituição da reserva
Não aplicável

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

A proposta da Companhia para a distribuição dos lucros, apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, não prevê constituição de reserva de lucros a realizar.

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

“Artigo 35. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações, conforme o disposto no § 1º deste artigo, ajustado para fins do cálculo de dividendos nos termos do artigo 202 da mesma lei, observada a seguinte ordem de dedução: (a) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (c) por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório; (d) no

exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (e) abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; (e) uma parcela destinada ao pagamento de um dividendo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações; e (f) uma parcela formada por até 100% dos lucros que remanescerem após as deduções legais e estatutárias poderá ser destinada à formação de reserva para expansão ou investimento, que terá por fim financiar a aplicação em ativos operacionais ou dispêndios de capital, não podendo esta reserva ultrapassar o menor entre os seguintes valores: (i) 80% do capital social; ou (ii) o valor que, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não ultrapasse 100% do capital social da Companhia.”

b. Identificar o montante destinado a reserva

O valor a ser constituído é de R\$181.816.301,08 (cento e oitenta um milhões, oitocentos e dezesesseis mil, trezentos e um reais e oito centavos).

c. Descrever como o montante foi calculado

R\$	2019
Lucro Líquido da Controladora	311.514.020,16
(-) Reserva Legal	15.575.701,01
(-) Reserva de Incentivos Fiscais	939.221,27
(=) Base de cálculo dos dividendos	294.999.097,88
(-) Dividendo Obrigatório 25%	73.749.774,47
(-) Dividendo adicional proposto 25%	73.749.774,47
(+) Outros Resultados Abrangentes	34.316.752,14
(=) Reservas de Expansão	181.816.301,08

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

A proposta da Companhia para a distribuição de lucros apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, não prevê retenção de lucros.

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

A proposta da Companhia para a distribuição de lucros apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, previu a constituição de reserva de incentivos fiscais.

a. Informar o montante destinado à reserva

No exercício de 2019 foi reconhecido crédito presumido de ICMS no valor de R\$939.221,27 (novecentos e trinta e nove mil, duzentos e vinte e um reais e vinte e sete centavos).

ANEXO 4 -PROPOSTA REMUNERAÇÃO GLOBAL ANUAL 2020

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Nº de membros	5,00	4,00	3,00	12,00
c. Nº de membros remunerados	5,00	4,00	3,00	12,00
<i>i. Remuneração fixa anual (*)</i>	<i>1.930.371,13</i>	<i>5.824.905,05</i>	<i>433.472,26</i>	<i>8.188.748,43</i>
Salário ou pró-labore	1.508.102,44	4.338.321,76	338.650,20	6.185.074,40
Benefícios diretos e indiretos(***)		60.499,19		60.499,19
Remuneração por participação em comitês				0,00
Outros (encargos do emissor)	422.268,68	1.426.084,09	94.822,06	1.943.174,83
<i>ii. Remuneração variável (**)</i>	<i>0,00</i>	<i>3.805.919,28</i>	<i>0,00</i>	<i>3.805.919,28</i>
Bônus		2.973.374,44		2.973.374,44
Participação de resultados				0,00
Participação em reuniões				0,00
Comissões				0,00
Outros (encargos do emissor)		832.544,84		832.544,84
<i>iii. Benefícios Pós-emprego</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>v. Baseada em ações</i>	<i>0,00</i>	<i>3.915.180,08</i>	<i>0,00</i>	<i>3.915.180,08</i>
Total da Remuneração	1.930.371,13	13.546.004,41	433.472,26	15.909.847,79

(*) Considerando reajuste de Acordo Coletivo 5,0% (aplicado no mês de maio).

(**) Previsão de Remuneração Variável baseada no target.

ANEXO 5 - PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO - DOCUMENTOS PREVISTOS NO ARTIGO 9º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

Para diretores estatutários – A remuneração total anual, fixa e variável é definida pelo Conselho de Administração da companhia, fundamentado por análise de mercado. Será recolhido sobre o pro labore parcela equivalente ao FGTS como uma política de conservação dos executivos, de forma voluntária.

Remuneração fixa direta

Prevê o pagamento de 13 parcelas fixas. A empresa acredita que esta parcela fixa e o FGTS estimulam o comprometimento dos diretores nas suas áreas de responsabilidade, seguindo as diretrizes do Conselho de Administração.

Remuneração variável direta

O sistema de remuneração variável avalia o desempenho dos Diretores através do atingimento de metas, sendo que 70% das metas são corporativas e 30% são individuais. As metas são definidas no início do ano agrícola e validadas pelo Conselho de Administração. São considerados importantes fatores que corroborem com o desenvolvimento sustentável da empresa. Dentre os indicadores destacam-se: lucro líquido, custos de produção e produtividade das commodities agrícolas implantadas em cada ano agrícola, qualidade dos produtos, área plantada, EBITDA, sistema de gestão, cronograma de novos projetos, entre outros. Trata-se de um reconhecimento pelo esforço despendido para o setor de commodities agrícolas que apresentam variações nos resultados bastante significativas ao longo do tempo. A remuneração variável é auferida e paga após apresentação do relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras Anuais e a respectiva aprovação pelo Conselho de Administração. O target para o número de salários a ser recebido pelo atingimento das metas está definido da seguinte forma para o período social vigente:

Administradores	Remuneração Variável Curto Prazo
Diretor Presidente	12 salários
Demais Diretores	8 salários

A distribuição entre os membros da Diretoria (conforme o Programa de Opções de Compra de Ações (2018 e 2019) está feita da seguinte forma:

Administradores	Remuneração Variável Longo Prazo
Diretor Presidente	72.000 ações
Diretor de Vendas e Novos Negócios	50.000 ações
Diretor Financeiro e RI	50.000 ações
Diretor de Operações	50.000 ações

Os programas 2007/2008/2009/2010/2011/2012/2013/2014/2015/2016/2017/2018 e 2019 totalizam 8.003.143 de ações, dessas, 2.175.000 opções foram outorgadas para os Diretores estatutários ativos até 2019.

Para os conselheiros independentes – A remuneração segue orientação direta do Conselho de Administração da companhia, fundamentado nas melhores práticas das companhias de capital aberto no Brasil, com revisão anual da remuneração total mensal.

Não existe política de remuneração para os membros dos Comitês reconhecidos pelo Conselho de Administração.

Objetivos

Remunerar os membros da Diretoria de forma atrativa e alinhada às melhores práticas de mercado, visando sua retenção, considerando que se tratam de cargos estratégicos e seus ocupantes são responsáveis pelo direcionamento da empresa baseados nas orientações do Conselho de Administração. Também é objetivo compor a remuneração da Diretoria com incentivos de curto e longo prazo observando sua performance, desempenho da empresa e interesses dos acionistas.

b. composição da remuneração, indicando:

- i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Remuneração fixa e direta

Remuneração mensal, fixa e direta atribuída ao ocupante do cargo pelo desempenho das suas responsabilidades.

Remuneração variável e direta - Curto Prazo

Como incentivo de curto prazo a empresa trabalha com a Política de Remuneração Variável – Metas, uma remuneração anual referente ao atingimento de metas que visa estimular o engajamento dos profissionais, vinculando sua recompensa ao seu desempenho no alcance de um determinado resultado, complementando dessa forma sua remuneração fixa.

Remuneração variável e direta - Longo Prazo

Como incentivo de longo prazo a empresa possui o Programa de Stock Options e Programa de Ações Restritas que tem por objeto operacionalizar o Plano de Opções de Compra de Ações e o Plano de Ações Restritas, buscando a valorização e retenção dos Diretores, bem como o alinhamento de seus interesses aos interesses dos acionistas. O Programa de Stock Options remunera seus beneficiários com base no desempenho da empresa e no seu valor de mercado. Já o Programa de Ações Restritas transfere aos profissionais ações ordinárias da Companhia, conforme percentuais pré-estabelecido sobre a quantidade de Stock Options destinado a cada Diretor.

Obs.: A empresa pratica benefícios pós-emprego aos Diretores quando esses tem seu contrato de trabalho cessado pela empregadora, são esses: Outplacement, pagamento de metas antecipadas e liberação de plano de saúde com prazo de um ano a partir data de desligamento do mesmo.

- ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

2019

Administradores	Remuneração Fixa (*)	Remuneração Variável Curto Prazo (**)
Conselheiros	100%	0%
Diretor Presidente	51%	49%
Demais Diretores	63%	37%

2018

Administradores	Remuneração Fixa (*)	Remuneração Variável Curto Prazo (**)
Conselheiros	100%	0%
Diretor Presidente	49%	51%
Demais Diretores	60%	40%

2017

Administradores	Remuneração Fixa (*)	Remuneração Variável Curto Prazo (**)
Conselheiros	100%	0%
Diretor Presidente	59%	41%
Demais Diretores	59%	41%

(*) Remuneração Fixa em dez/2019.

(**) Remuneração Variável de Curto Prazo baseada no *target* de salários. Não está incluída na proporção a Remuneração Variável de Longo Prazo, pois depende do valor da ação da empresa na data do exercício da opção.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Remuneração fixa e direta

A Remuneração fixa e direta sofre reajuste anual conforme a média dos reajustes coletivos aplicados nas Unidades de Produção, negociados por acordo ou convenção coletiva. Além disso, são feitas pesquisas de mercado com consultorias especializadas em Remuneração de Executivos a fim de manter o equilíbrio externo para continuar trabalhando de forma atrativa e competitiva considerando que as comparações são feitas com empresas de porte similar.

Remuneração variável e direta – Curto Prazo

A Remuneração variável por ser paga com referência no salário base, também sofre (indiretamente) reajuste anual conforme a média dos reajustes coletivos aplicados nas Unidades de Produção, negociados por acordo ou convenção coletiva. O número de salários *target* para Diretores e Conselheiros é definido pelo Conselho de Administração acompanhando análises de pesquisas de mercado buscando alinhar com as melhores práticas.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Analisando as melhores práticas de mercado e visando manter-se competitiva e atrativa, a remuneração total é composta pelos seguintes motivos:

- a) Remuneração fixa: atribuída ao ocupante conforme o cargo.
- b) Remuneração variável – curto prazo: estimular o engajamento e motivação dos profissionais buscando vincular sua remuneração à sua performance e ao resultado da empresa.
- c) Remuneração variável – longo prazo: promover a retenção e estimular o “senso de dono” visto que a sua remuneração está vinculada à valorização das ações da empresa (no longo prazo) alinhando suas expectativas às dos acionistas.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Para o exercício corrente todos os administradores são remunerados pelo emissor.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;

As metas estabelecidas pela companhia estão alinhadas com as competências organizacionais, quais sejam: Foco no Resultado, Sustentabilidade, Inovação, Senso de Urgência, Desenvolvimento de Equipes e Liderança, Trabalho em Equipe, Senso de Dono, Excelência nos Processos do Negócio e Visão Estratégica. Anualmente a definição das metas dos principais executivos da companhia examina e considera indicadores como:

- Indicador Econômico: Lucro Líquido, custos de produção e produtividade das commodities agrícolas, EBITDA, custos de insumos para produção, orçamento de investimento anual, fluxo de caixa;
- Indicador Sócio Ambiental: Avaliação do clima organizacional interno, projetos sócio ambientais.

- d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;

A Remuneração variável de curto prazo é estruturada pela avaliação de desempenho através do atingimento de metas (corporativas, setoriais e individuais) que ocorre anualmente, após publicação dos resultados da empresa, analisados em auditoria interna e pelo Diretor Presidente sendo validados pelo Conselho de Administração.

- e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo;

A Política de Remuneração mantém itens que estão balizados no desempenho dos Administradores, no resultado da empresa e nas práticas de boa governança corporativa. Desta forma, busca manter os interesses do emissor, de seus acionistas e dos executivos em convergência ao mesmo objetivo. Para o curto prazo os interesses são atendidos pela prática de remuneração base, médio prazo através da avaliação de desempenho anual dos executivos e longo prazo por meio dos Programas de *Stock Options* e Ações Restritas.

- f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos;

Não Aplicável.

Não existe remuneração suportada por empresas controladas ou pelos controladores diretos da Companhia.

- g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor;

Não aplicável.

A companhia não tem este tipo de remuneração.

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. remuneração segregada em
 - i. remuneração fixa anual, segregada em:
 - salário ou pró-labore
 - benefícios diretos e indiretos
 - remuneração por participação em comitês
 - outro
 - ii. remuneração variável, segregada em:
 - bônus
 - participação nos resultados
 - remuneração por participação em reuniões
 - comissões
 - outros
 - iii. benefícios pós-emprego
 - iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo
 - v. remuneração baseada em ações, incluindo opções

MANUAL DA ASSEMBLEIA E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

- e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal
- f. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 – Valores Anuais

a.Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Nº de membros	5,00	4,00	3,00	12,00
c. Nº de membros remunerados	5,00	4,00	3,00	12,00
<i>i. Remuneração fixa anual (*)</i>	<i>1.930.371,13</i>	<i>5.824.905,05</i>	<i>433.472,26</i>	<i>8.188.748,43</i>
Salário ou pró-labore	1.508.102,44	4.338.321,76	338.650,20	6.185.074,40
Benefícios diretos e indiretos(***)		60.499,19		60.499,19
Remuneração por participação em comitês				0,00
Outros (encargos do emissor)	422.268,68	1.426.084,09	94.822,06	1.943.174,83
<i>ii. Remuneração variável (**)</i>	<i>0,00</i>	<i>3.805.919,28</i>	<i>0,00</i>	<i>3.805.919,28</i>
Bônus		2.973.374,44		2.973.374,44
Participação de resultados				0,00
Participação em reuniões				0,00
Comissões				0,00
Outros (encargos do emissor)		832.544,84		832.544,84
<i>iii. Benefícios Pós-emprego</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>v. Baseada em ações</i>	<i>0,00</i>	<i>3.915.180,08</i>	<i>0,00</i>	<i>3.915.180,08</i>
Total da Remuneração	1.930.371,13	13.546.004,41	433.472,26	15.909.847,79

(*) Considerando reajuste de Acordo Coletivo 5,0% (aplicado no mês de maio).

(**) Previsão de Remuneração Variável baseada no target.

(***) Previsão de benefícios considerando reajuste de INPC de 5%

Remuneração total realizada - Exercício Social corrente 31/12/2019 – Valores Anuais

a.Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Nº de membros	5,00	4,00	3,00	12,00
c. Nº de membros remunerados	5,00	4,00	3,00	12,00
<i>i. Remuneração fixa anual (*)</i>	<i>1.676.863,14</i>	<i>5.530.537,94</i>	<i>376.546,08</i>	<i>7.583.947,16</i>
Salário ou pró-labore	1.436.288,00	4.131.733,00	322.524,00	5.890.545,00
Benefícios diretos e indiretos(***)		57.618,28		57.618,28
Remuneração por participação em comitês				0,00
Outros (encargos do emissor)	240.575,14	1.341.186,66	54.022,08	1.635.783,88
<i>ii. Remuneração variável (**)</i>	<i>0,00</i>	<i>3.769.688,91</i>	<i>0,00</i>	<i>3.769.688,91</i>
Bônus		2.945.069,46		2.945.069,46
Participação de resultados				0,00
Participação em reuniões				0,00
Comissões				0,00
Outros (encargos do emissor)		824.619,45		824.619,45
<i>iii. Benefícios Pós-emprego</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>v. Baseada em ações</i>	<i>0,00</i>	<i>1.566.686,51</i>	<i>0,00</i>	<i>1.566.686,51</i>
Total da Remuneração	1.676.863,14	10.866.913,36	376.546,08	12.920.322,58

MANUAL DA ASSEMBLEIA E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Remuneração total realizada - Exercício Social corrente 31/12/2018 – Valores Anuais

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Nº de membros	5,00	4,00	3,00	12,00
c. Nº de membros remunerados	5,00	4,00	3,00	12,00
<i>i. Remuneração fixa anual (*)</i>	<i>1.706.596,14</i>	<i>5.608.320,47</i>	<i>383.097,60</i>	<i>7.698.014,21</i>
Salário ou pró-labore	1.384.004,00	3.683.820,00	310.776,00	5.378.600,00
Benefícios diretos e indiretos(***)		42.286,88		42.286,88
Remuneração por participação em comitês				0,00
Outros (encargos do emissor)	322.592,14	1.882.213,59	72.321,60	2.277.127,33
<i>ii. Remuneração variável (**)</i>	<i>0,00</i>	<i>3.837.787,93</i>	<i>0,00</i>	<i>3.837.787,93</i>
Bônus		2.998.271,82		2.998.271,82
Participação de resultados				0,00
Participação em reuniões				0,00
Comissões				0,00
Outros (encargos do emissor)		839.516,11		839.516,11
<i>iii. Benefícios Pós-emprego</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>v. Baseada em ações</i>	<i>0,00</i>	<i>1.102.309,29</i>	<i>0,00</i>	<i>1.102.309,29</i>
Total da Remuneração	1.706.596,14	10.548.417,69	383.097,60	12.638.111,43

Remuneração total realizada - Exercício Social corrente 31/12/2017 – Valores Anuais

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Nº de membros	5,00	4,00	3,00	12,00
c. Nº de membros remunerados	5,00	4,00	3,00	12,00
<i>i. Remuneração fixa anual (*)</i>	<i>1.554.829,26</i>	<i>5.219.734,10</i>	<i>349.070,40</i>	<i>7.123.633,76</i>
Salário ou pró-labore	1.333.192,00	3.666.025,22	299.364,00	5.298.581,22
Benefícios diretos e indiretos(***)		265.982,03		265.982,03
Remuneração por participação em comitês				0,00
Outros (encargos do emissor)	221.637,26	1.287.726,85	49.706,40	1.559.070,51
<i>ii. Remuneração variável (**)</i>	<i>0,00</i>	<i>3.234.126,80</i>	<i>0,00</i>	<i>3.234.126,80</i>
Bônus		2.526.661,56		2.526.661,56
Participação de resultados				0,00
Participação em reuniões				0,00
Comissões				0,00
Outros (encargos do emissor)		707.465,24		707.465,24
<i>iii. Benefícios Pós-emprego</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>v. Baseada em ações</i>	<i>0,00</i>	<i>1.335.345,03</i>	<i>0,00</i>	<i>1.335.345,03</i>
Total da Remuneração	1.554.829,26	9.789.205,93	349.070,40	11.693.105,59

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação ao bônus:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
- e. em relação à participação no resultado:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Remuneração variável	2017	2018	2019	2020
a. Órgão: Diretoria				
b. Número total de membros	4,00	4,00	4,00	4,00
c. Número total de membros remunerados	4	4	4	4
d. Em relação ao Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (*)	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	2.959.286	3.455.208	3.528.038	3.958.474
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas (**)	2.959.286	3.455.208	3.528.038	3.958.474
Valor reconhecido no resultado (***)	2.526.662	2.998.272	2.945.069	2.888.885
e. em relação a Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas				
Valor reconhecido no resultado				

(*) A empresa não possui valor mínimo para remuneração variável.

(**) Remuneração Variável de Curto Prazo baseada no target.

(***) Considerando salário base dez/2019.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

PLANO DE OPÇÕES DE AÇÕES

- a. termos e condições gerais

Objetivo

O Plano de Opção de Ações tem por objeto a outorga de opções de compra de ações de emissão da SLC AGRÍCOLA S.A. a diretores e gerentes da Companhia, com o objetivo de atraí-los, motivá-los e retê-los, bem como alinhar seus interesses aos interesses da Companhia e de seus acionistas.

Abrangência

Esta política se aplica à SLC Agrícola S.A.

Aspectos gerais

A prática de Stock Options é um incentivo de longo prazo que visa a valorização e retenção da camada estratégica da Empresa. Tal programa faculta aos Beneficiários adquirirem Ações da Empresa ao fim do prazo de carência (vesting) estipulado no Plano de Opções de Compra de Ações à um preço pré-fixado. Ou seja, os Beneficiários podem ou não (a seu critério) exercer o direito de adquirir Ações da Empresa. Dessa forma, também é objetivo do programa alinhar os interesses dos elegíveis aos interesses dos acionistas.

Gestão do Plano

Esse programa é gerido por um Comitê Gestor, observados os termos e as condições básicas do Plano e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração da Empresa. Anualmente o Comitê Gestor criará um Programa de Opção de Ações onde são definidos os termos e condições de cada outorga anual de Opções, e esse deverá passar pela aprovação do Conselho de Administração.

Elegíveis

São elegíveis ao Plano os Diretores, Gerentes e indicados pela Empresa. Anualmente o Comitê Gestor indicará ao Conselho de Administração aqueles aos quais serão oferecidas Opções. Ou seja, nem todos elegíveis serão necessariamente Beneficiários.

Contrato

Após a eleição do Beneficiário pelo Conselho de Administração é firmado o Contrato de Outorga Opções de Compra de Ações e outras Avenças. Também é firmado o Termo de Adesão no prazo fixado em cada Programa Anual.

Composição da quantidade de Opções

A quantidade de Opções é definida pelo Comitê Gestor quando da criação de cada Programa de Opção de Ações. O Programa de Opções é limitado em 3,75% das ações representativas do capital social da Companhia na data de criação de cada Programa e seguirá o seguinte critério:

Prazo de Carência (vesting)

O exercício das Opções estará sujeito a prazos de carência (vesting). As Opções somente poderão ser exercidas a partir do término dos prazos de carência indicados na tabela abaixo:

Prazos de Carência (a partir da outorga das Opções)	Percentual de Opções Liberado para Exercício
Antes do primeiro aniversário	0%
A partir do primeiro aniversário	30%
A partir do segundo aniversário	60%
A partir do terceiro aniversário	100%

Preço de Exercício

O preço de exercício das Opções a ser pago pelos Beneficiários será equivalente à média ponderada por volume de negociações das cotações de fechamento das Ações da Companhia na BOVESPA nos 90 pregões anteriores ao último dia do mês anterior ao mês de criação do Programa de Opção de Ações. Ou seja, na criação do Programa já é pré-definido o valor de compra da Ação.

Exercício das Opções

As Opções poderão ser exercidas pelo Beneficiário durante o prazo pré-fixado pelo Comitê Gestor a cada Programa de Opção de Ações, não superior a 5 anos a partir da assinatura do Contrato de Outorga Opções de Compra de Ações e outras Avenças. O pagamento deverá ser feito à vista, exceto quando o Beneficiário optar por vender imediatamente as Ações. Nesse caso o Beneficiário emitirá uma nota promissória com vencimento no primeiro dia útil após a liquidação financeira da transação.

Desligamento

Se ocorrer o desligamento do Beneficiário, esse tem 30 dias a contar do desligamento para exercer Opções exercíveis. Se no desligamento o Beneficiário ainda não possuir Opções exercíveis, suas Opções ficam automaticamente extintas.

Morte ou Invalidez Permanente

Na morte do Beneficiário, suas Opções se tornarão exercíveis para seus herdeiros pelo prazo de 12 meses a contar da data do falecimento ou até o término do prazo do exercício. As Opções poderão ser exercidas no todo ou em parte mediante pagamento à vista. No caso de invalidez permanente do Beneficiário, suas Opções poderão ser exercidas antecipadamente no todo ou em parte mediante pagamento à vista.

Dividendos e Bonificações

As Ações adquiridas pelos Beneficiários farão jus aos dividendos, juros sobre o capital próprio e demais proventos declarados pela Empresa.

Observações Gerais

Pela periodicidade do Plano de Opções de Compra de Ações, deverão ser observadas as disposições que constam no Programa do ano vigente, bem como suas exceções e poderes do Comitê Gestor e Conselho de Administração.

b. principais objetivos do plano

A prática de Stock Options é um incentivo de longo prazo que visa a valorização e retenção da camada estratégica da Empresa. Também é objetivo do programa alinhar os interesses dos elegíveis aos interesses dos acionistas.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

O programa faculta aos Beneficiários adquirirem Ações da Empresa ao fim do prazo de carência (*vesting*) estipulado no Plano de Opções de Compra de Ações a um preço pré-fixado. Ou seja, os Beneficiários podem ou não (a seu critério) exercer o direito de adquirir Ações da Empresa.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O plano se insere na política de remuneração do emissor como um atributo que busca aprimorar a qualidade da remuneração ofertada aos executivos, também como ser ferramenta de gestão dos controladores em relação às diretrizes da Companhia e de seus investidores.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O plano alinha os interesses dos administradores e do emissor através da opção de compra da ação da Empresa, onde o executivo é beneficiado por um valor mobiliário que está vinculado ao valor de mercado da Empresa. O valor de mercado da Empresa é resultado de diversas variáveis, uma delas é a eficácia dos administradores, sendo assim, os interesses são diretamente proporcionais entre o emissor, seus administradores e investidores.

f. número máximo de ações abrangidas

A quantidade de Opções é definida pelo Comitê Gestor quando da criação de cada Programa de Opção de Ações (anualmente). O Plano de Opções de Ações é limitado 3,75% das ações representativas do capital social da Companhia na data de criação de cada Programa.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções a serem outorgadas, estão definidas de acordo com os limites do Plano de Opção da Companhia, isto é, 3,75% das ações representativas do capital social da Companhia na data de criação de cada Programa. A distribuição da quantidade de opções para cada executivo é definida pelo Comitê Gestor do Plano.

h. condições de aquisição de ações

Observados os prazos de carência previstos, poderão ser exercidas pelo Beneficiário titular das Opções durante o prazo a ser fixado pelo Comitê para cada Programa Anual, que deverá ser de, no máximo, 5 (cinco) anos contados a partir da data da assinatura do Contrato. O exercício de cada Opção será feito mediante entrega do competente Termo de Exercício de Opção devidamente preenchido e assinado pelo Beneficiário.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das Opções dos Programas Anuais criados a partir de 2014, a ser pago pelos Beneficiários titulares das opções quando a integralização do preço de emissão das ações subscritas, será equivalente à média ponderada por volume de negociações das cotações de fechamento das ações da Companhia, na BM&FBOVESPA, nos 90 (noventa) pregões anteriores ao último dia do mês anterior ao mês de criação do Programa Anual.

Para os Programas Anuais criados a partir de 2014, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, estabelecer um desconto de até 20% (vinte por cento) sobre a média apurada, bem como estabelecer que o preço de exercício deva ser corrigido monetariamente, a partir da data-base de sua determinação, por meio de índice de preços a ser definido pelo Conselho de Administração da Companhia em cada Programa Anual.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

A companhia realizou pesquisas de mercado e optou pela utilização do critério vigente desde a criação do plano, conforme a seguir demonstrado:

Prazos de Carência (a partir da outorga das Opções)	Percentual de Opções Liberado para Exercício
Antes do primeiro aniversário	0%
A partir do primeiro aniversário	30%
A partir do segundo aniversário	60%
A partir do terceiro aniversário	100%

k. forma de liquidação

O pagamento deverá ser feito à vista, no ato da subscrição, salvo na hipótese de o Beneficiário optar por vender imediatamente as ações adquiridas em bolsa de valores, caso em que o pagamento poderá ser feito mediante a emissão pelo Beneficiário de nota promissória *pró-soluto* com vencimento no primeiro dia útil após a liquidação financeira da transação.

l. restrições à transferência das ações

Transferência das ações do beneficiário para outra pessoa

As Opções são outorgadas ao Beneficiário em caráter personalíssimo e não podem ser oneradas ou transferidas.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Observada a Política de Negociação com Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, o Comitê ou o Diretor de Relações com Investidores poderão estabelecer a qualquer tempo restrições para o exercício das Opções por determinados períodos do exercício social que antecedam a divulgação de fatos relevantes pela Companhia incluindo, mas não se limitando a períodos que antecedam o encerramento do exercício social e a publicação de demonstrações financeiras da Companhia, períodos compreendidos entre decisões de aumento de capital, distribuição de dividendos, bonificação em ação ou desdobramento e a publicação dos respectivos editais ou anúncios e outros períodos nos quais seja recomendável a suspensão do exercício das Opções. Caso os 2 (dois) últimos meses do prazo de exercício da Opção coincidam com período de vedação à negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia, nos termos de sua Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante ou da legislação aplicável, o prazo de exercício da Opção será suspenso, sendo reiniciado tão logo cessada a vedação à negociação.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em caso de Desligamento do Beneficiário, por qualquer razão, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções que lhe tenham sido concedidas e que ainda não sejam exercíveis. As Opções já exercíveis na data do Desligamento poderão ser exercidas pelo seu titular no prazo decadencial de 30 (trinta) dias, contados da data do Desligamento. O Comitê poderá estender este prazo quando tal medida for justificada pelas circunstâncias específicas do caso.

PLANO DE OUTORGA DE AÇÕES RESTRITAS

a. . termos e condições gerais:

Pessoas Elegíveis

Poderão ser eleitos como Beneficiários de Ações Restritas nos termos do Plano os administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob seu controle.

Aspectos gerais

Requisitos para se Adquirir a Condição de Participante

As Pessoas Elegíveis devem ser formalmente indicadas pelo Conselho de Administração, nos termos definidos neste Plano, a fim de se tornar Beneficiário do Plano. Os requisitos para a eleição dos Beneficiários do Plano serão estabelecidos pelo Conselho de Administração, de acordo com os critérios que julgar necessários para concretização dos objetivos do Plano. Ainda, como condição essencial para que a indicação seja considerada como válida e vinculativa, as Pessoas Elegíveis indicadas como Beneficiários deverão assinar o Contrato de Outorga, aderindo expressamente ao Plano e declarando-se dele ciente de todos os seus termos e condições, inclusive das restrições nele contidas.

Gestão do Plano

O Plano será administrado pelo Conselho de Administração, o qual contará com o Comitê para assessorá-lo na gestão do Plano.

Contrato

A outorga das Ações Restritas nos termos do Plano é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a Companhia e os Beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, a quantidade de Ações Restritas objeto da outorga e os termos e condições para aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas.

Composição da quantidade de Opções

Em cada Programa anual, o Conselho de Administração, nos termos deste Plano, definirá um determinado número de Ações Restritas a serem distribuídas entre os Beneficiários.

Aquisição de Direitos Relacionados às Ações Restritas

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Contratos de Outorga e observado o disposto no item 10 abaixo, os Beneficiários somente adquirirão os direitos às Ações Restritas na medida em que permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a Data de Outorga e as datas especificadas abaixo, como segue:

- (i) 30% a partir de primeiro aniversário;
- (ii) 60% a partir do segundo aniversário; e
- (iii) 100% a partir do terceiro aniversário.

Desligamento

Exceto conforme exposto abaixo, nas hipóteses de Desligamento do Beneficiário por justa causa ou a seu pedido ou ainda sem justa causa, bem como por Desligamento imediatamente após a aposentadoria por tempo de trabalho, as Ações Restritas não plenamente adquiridas restarão

automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Morte ou Invalidez Permanente

No caso de morte do Beneficiário, todas as Ações Restritas não plenamente adquiridas, poderão ser plenamente adquiridas por seus herdeiros e sucessores, por sucessão legal ou por imposição testamentária, pelo prazo improrrogável de 12 (doze) meses a contar da data do falecimento, independentemente do prazo previsto para aquisição de direitos relacionados á ações restritas.

b. principais objetivos do plano

- (i) estimular a melhoria da gestão da Companhia e das empresas que estejam sob seu controle direto ou indireto; (ii) promover a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (iii) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das Pessoas Elegíveis; e (iv) possibilitar à Companhia ou outras sociedades atrair e manter a ela(s) vinculados as Pessoas Elegíveis.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano de Ações Restritas tem por objetivo permitir que a Pessoas Elegíveis ganhem ações restritas obtendo a oportunidade de também serem donos da companhia, podendo ganhar um lucro entre o preço de mercado e o valor da subscrição realizada. Visa manter os beneficiários comprometidos com a maximização do valor da companhia.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O plano se insere na política de remuneração do emissor como um atributo que busca aprimorar a qualidade da remuneração ofertada aos executivos, também como é uma fermenta de gestão dos controladores em relação às diretrizes da Companhia e de seus investidores.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O plano alinha os interesses dos administradores e do emissor através da oportunidade de também ser acionista da empresa, onde o executivo é beneficiado por um valor mobiliário que está vinculado ao valor de mercado da Empresa. O valor de mercado da Empresa é resultado de diversas variáveis, uma delas é a eficácia dos administradores, sendo assim, os interesses são diretamente proporcionais entre o emissor, seus administradores e investidores.

f. número máximo de ações abrangidas

O número total de Ações Restritas que poderão ser outorgadas anualmente no âmbito do Plano, no somatório de todos os Programas ativos, não excederá a 1% (um por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Idem a letra f.

h. condições de aquisição de ações

As condições de aquisição de ações seguem os Requisitos para se Adquirir a Condição de Participante, descrito da letra a.

i. j. critérios para a fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável

j. forma de liquidação

Atendido todos os requisitos para se Adquirir a Condição de Participante, Companhia transferirá para o nome do Beneficiário as respectivas Ações Restritas, por termo de transferência de ações nominativas da Companhia no sistema do agente responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia, sem custo para o Beneficiário.

k. restrições à transferência das ações

No período de carência a expectativa de direito às ações é personalíssima e intransferível.

l. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Dentre as causas que podem gerar a alteração ou extinção do Plano, está a ocorrência de fatores que causem grave mudança no panorama econômico e que comprometam a situação financeira da Companhia.

m. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de Desligamento do Beneficiário por justa causa ou a seu pedido ou ainda sem justa causa, bem como por Desligamento imediatamente após a aposentadoria por tempo de trabalho, as Ações Restritas não plenamente adquiridas restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações
 - i. data de outorga
 - ii. quantidade de opções outorgadas
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
 - iv. prazo máximo para exercício das opções
 - v. prazo de restrição à transferência das ações
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social
 - perdidas durante o exercício social
 - exercidas durante o exercício social
 - expiradas durante o exercício social
- e. valor justo das opções na data de cada outorga
- f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Remuneração baseada em ações- exercício social encerrado em 31/12/2019 - (Programa 2019)

a. Órgão	Diretoria
b. Nº total de membros	4
c. Nº total de membros remunerados	4
d. Outorga de opções de compras de ações	Programa 2019
i. Data da outorga	13/11/2019
ii. Quantidade de opções outorgadas	166.500
iii. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	30% - 13/11/2020
	30% - 12/11/2021
	40% - 12/11/2022
iv. Prazo máximo para o exercício das opções	12/11/2024
v. Prazo de restrição à transferência das ações	30 dias após entrega do termo de exercício
vi. Preço médio ponderado de exercício:	
Das opções em aberto no início do exercício social	14,23
Das opções perdidas durante o exercício social	
Das opções exercidas durante o exercício social	
Das opções expiradas durante o exercício social	
Valor justo das opções na data da outorga	1.006.892,10
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,110%

Remuneração baseada em ações- exercício social encerrado em 31/12/2018 - (Programa 2018)

a. Órgão	Diretoria
b. Nº total de membros	4
c. Nº total de membros remunerados	4
d. Outorga de opções de compras de ações	Programa 2018
i. Data da outorga	13/11/2018
ii. Quantidade de opções outorgadas	55.500
iii. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	30% - 13/11/2019
	30% - 12/11/2020
	40% - 12/11/2021
iv. Prazo máximo para o exercício das opções	12/11/2023
v. Prazo de restrição à transferência das ações	30 dias após entrega do termo de exercício
vi. Preço médio ponderado de exercício:	
Das opções em aberto no início do exercício social	46,25
Das opções perdidas durante o exercício social	
Das opções exercidas durante o exercício social	
Das opções expiradas durante o exercício social	
Valor justo das opções na data da outorga	1.008.029,85
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,110%

Remuneração baseada em ações- exercício social encerrado em 31/12/2017 - (Programa 2017)

a. Órgão	Diretoria
b. Nº total de membros	4
c. Nº total de membros remunerados	4
d. Outorga de opções de compras de ações	Programa 2017
i. Data da outorga	08/11/2017
ii. Quantidade de opções outorgadas	111.000
iii. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	30% - 08/11/2018
	30% - 08/11/2019
	40% - 08/11/2020
iv. Prazo máximo para o exercício das opções	07/11/2022
v. Prazo de restrição à transferência das ações	30 dias após entrega do termo de exercício
vi. Preço médio ponderado de exercício:	
Das opções em aberto no início do exercício social	18,02
Das opções perdidas durante o exercício social	
Das opções exercidas durante o exercício social	
Das opções expiradas durante o exercício social	
Valor justo das opções na data da outorga	768.932,52
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,110%

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerado
- d. em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. X iii. prazo máximo para exercício das opções X
 - iv. iv. prazo de restrição à transferência das ações X
 - v. v. preço médio ponderado de exercício X
 - vi. vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- e. em relação às opções exercíveis
 - vii. quantidade X
 - viii. prazo máximo para exercício das opções
 - ix. prazo de restrição à transferência das ações
 - x. preço médio ponderado de exercício
 - xi. valor justo das opções no último dia do exercício social
 - xii. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2019

a. Órgão		Diretoria	
b. Nº de membros		4	
c. Nº de membros remunerados		4	
d. Opções ainda não exercíveis			
i. Quantidade		533.300	
ii. Data em que se tornarão exercíveis	08/11/2019	66.600	
	11/11/2019	48.800	
	13/11/2019	33.300	
	08/11/2020	88.800	
	12/11/2020	33.300	
	13/11/2020	49.950	
	12/11/2021	94.350	
iii. Prazo máximo para exercício das opções	12/11/2022	66.600	
	11/11/2021	48.800	
	08/11/2022	207.000	
	13/11/2023	111.000	
iii. Prazo de restrição à transferência das ações	08/11/2024	166.500	
v. Preço médio ponderado de exercício		22,93	
vi. Valor justo das opções no último dia do exercício social e opções exercíveis		13.225.840,00	
i. Quantidade		214.800	
ii. Prazo máximo para exercício das opções	11/11/2020	96.000	
	11/11/2021	103.800	
	08/11/2022	15.000	
iii. Prazo de restrição à transferência das ações			
iv. Preço médio ponderado de exercício		13,87	
v. Valor justo das opções no último dia do exercício social		7.395.860,59	
vi. Valor justo do total das opções no último dia do exercício anterior		4.804.002,78	

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação às opções exercidas informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de exercício
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- e. em relação às ações entregues informar:
 - iv. número de ações X
 - v. preço médio ponderado de aquisição
 - vi. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

A tabela abaixo contempla todos os itens solicitados acima:

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2019:

a. Órgão	Diretoria
b. Nº de membros	4
c. Nº de membros remunerados	4
d. Em relação as Opções exercidas informar:	
i. Número de ações exercidas	214.800
ii. Preço médio ponderado do exercício	13,87
iii. Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	2.348.170,97
e. Em relação as ações entregues informar:	
i. Número de ações entregues	
ii. Preço médio ponderado de aquisição	
iii. Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções adquiridas	

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2018:

a. Órgão	Diretoria
b. Nº de membros	4
c. Nº de membros remunerados	4
d. Em relação as Opções exercidas informar:	
i. Número de ações exercidas	149.500
ii. Preço médio ponderado do exercício	12,58
iii. Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	4.554.024,00
e. Em relação as ações entregues informar:	
i. Número de ações entregues	
ii. Preço médio ponderado de aquisição	
iii. Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções adquiridas	

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2017:

a. Órgão	Diretoria
b. Nº de membros	4
c. Nº de membros remunerados	4
d. Em relação as Opções exercidas informar:	
i. Número de ações exercidas	751.600
ii. Preço médio ponderado do exercício	16,14
iii. Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	3.640.349,00
e. Em relação as ações entregues informar:	
i. Número de ações entregues	
ii. Preço médio ponderado de aquisição	
iii. Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções adquiridas	

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

Os prêmios das opções foram apreçados pelo modelo *Black&Scholes* para opções europeias que pagam dividendos.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Outorga 2017

Preço da ação: R\$ 21,60/ação (preço de fechamento da ação no dia 08/11/2017 – data da outorga).

Strike da opção: R\$ 18,02/ação.

Volatilidade: 32,39% ao ano (obtido pelo método de desvio padrão sobre os retornos diários da cotação da ação).

Dividendo esperado de 1% ao ano.

Prazo da opção (dias úteis), taxa de juros livre de risco (juros Brasil) e prêmio da opção conforme tabela abaixo:

Valores calculados em 08/11/2017.

Prazos	Data Outorga	Dias corridos	Juros Brasil	Prêmio (BRL/ação)
1º vencimento	08/11/2018	365	7,12%	5,2219
2º vencimento	08/11/2019	730	8,30%	6,8253
3º vencimento	07/11/2020	1.095	9,18%	8,2829

Outorga 2018

Preço da ação: R\$ 54,60/ação (preço de fechamento da ação no dia 13/11/2018 – data da outorga).

Strike da opção: R\$ 46,25/ação.

Volatilidade: 32,39% ao ano (obtido pelo método de desvio padrão sobre os retornos diários da cotação da ação).

Dividendo esperado de 1% ao ano.

Prazo da opção (dias úteis), taxa de juros livre de risco (juros Brasil) e prêmio da opção conforme tabela abaixo:

Valores calculados em 13/11/2018.

Prazos	Data Outorga	Dias corridos	Juros Brasil	Prêmio (BRL/ação)
1º vencimento	13/11/2019	365	6,95%	13,7745
2º vencimento	12/11/2020	730	8,01%	17,9902
3º vencimento	12/11/2021	1.095	8,86%	21,5831

Outorga 2019

Preço da ação: R\$ 18,46/ação (preço de fechamento da ação no dia 13/11/2019 – data da outorga).

Strike da opção: R\$ 14,23/ação.

Volatilidade: 41,45% ao ano (obtido pelo método de desvio padrão sobre os retornos diários da cotação da ação).

Dividendo esperado de 3,5% ao ano.

Prazo da opção (dias úteis), taxa de juros livre de risco (juros Brasil) e prêmio da opção conforme tabela abaixo:

Valores calculados em 13/11/2019.

Prazos	Data Outorga	Dias corridos	Juros Brasil	Prêmio (BRL/ação)
1º vencimento	13/11/2020	365	4,57%	5,2034
2º vencimento	13/11/2021	730	5,14%	6,0427
3º vencimento	13/11/2022	1.095	5,68%	6,6839

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O modelo de apreçamento utilizado (*Black&Scholes*) não incorpora a possibilidade de exercício antecipado, assume que as opções são na modalidade européia. O valor justo médio ponderado, os prêmios considerados e as premissas econômicas utilizadas para o cálculo no modelo são apresentados abaixo:

Programas	Outorga 2017	Outorga 2018	Outorga 2019
Valor justo médio ponderado	R\$ 18,02	R\$ 46,25	R\$ 14,23
Prêmios	R\$ 6,93	R\$ 18,16	R\$ 6,05
Dividendo	1,00%	1,00%	3,50%
Volatilidade do preço da ação	32,39%	36,80%	41,45%
Taxa de retorno Livre de Risco			
1º Vencimento	7,12%	6,95%	4,57%
2º Vencimento	8,30%	8,01%	5,14%
3º Vencimento	9,18%	8,86%	5,68%
Período esperado até o vencimento			
1º Vencimento	365	365	365
2º Vencimento	730	730	730
3º Vencimento	1.095	1.095	1.095

d. forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade foi estimada a partir de séries de retorno diários da SLC3, sendo utilizado o prazo de 2 anos no cálculo.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

A fonte da informação para a curva de juros Brasil foi a BM&F.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

Data: 31/12/2019

Controladores: 100.969.142 ações ordinárias;

Conselho de Administração: 56.500 ações ordinárias;

Diretoria: 186.272 ações ordinárias;

Conselho Fiscal: 0 ações ordinárias.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. nome do plano
- e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- f. condições para se aposentar antecipadamente
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não aplicável.

A companhia não possui planos de previdência conferidos aos seus administradores.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal3

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. valor da maior remuneração individual X
- e. valor da menor remuneração individual
- f. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)

a. Órgão: Diretoria			
Ano Civil	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
b. Nº de membros	4	4	4
c. Nº de membros remunerados	4	4	4
d. Valor da maior remuneração individual (Reais)	4.583.943,30	5.450.296,28	4.634.143,89
e. Valor da menor remuneração individual (Reais)	2.818.313,94	2.306.087,41	2.483.568,87
f. Valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	3.158.465,46	3.563.150,85	2.599.823,21

a. Órgão: Conselho de Administração			
Ano Civil	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
b. Nº de membros	5	5	5
c. Nº de membros remunerados	5	5	5
d. Valor da maior remuneração individual (Reais)	423.442,13	430.823,60	392.563,60
e. Valor da menor remuneração individual (Reais)	304.889,73	310.200,00	282.648,00
f. Valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	335.372,63	341.319,23	310.965,85

a. Órgão: Conselho Fiscal			
Ano Civil	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
b. Nº de membros	3	3	3
c. Nº de membros remunerados	3	3	3
d. Valor da maior remuneração individual (Reais)	125.515,36	127.699,20	116.356,80
e. Valor da menor remuneração individual (Reais)	125.515,36	127.699,20	116.356,80
f. Valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	125.515,36	127.699,20	116.356,80

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Não aplicável.

A Companhia não possui estas previsões na política de remuneração.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não aplicável.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável.

Nos três últimos exercícios sociais não houve ocorrência de valores reconhecidos no resultado da Companhia, como remuneração de administradores, aplicáveis a funções extras ou diferentes as específicas ao Conselho de Administração e Diretoria.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável. Nos três últimos exercícios sociais não ocorreu valores de remuneração de administradores reconhecidos no resultado dos controladores diretos, de sociedades sob controle comum ou de controladas do emissor.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Valores efetivamente pagos sem remuneração baseada em ações:

A empresa informa que os valores previstos na remuneração global anual a título de Stock Options, são apenas estimativas contábeis auferidas através do modelo Black&Scholes.

a. Órgão: Diretoria			
Ano Civil	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
b. Nº de membros	4	4	4
c. Nº de membros remunerados	4	4	4
d. Valor da maior remuneração individual (Reais)	3.718.351,30	3.940.659,28	2.886.838,89
e. Valor da menor remuneração individual (Reais)	2.172.530,94	1.527.411,41	1.719.115,38
f. Valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	2.325.056,71	2.361.527,10	2.113.465,23

a. Órgão: Conselho de Administração			
Ano Civil	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
b. Nº de membros	5	5	5
c. Nº de membros remunerados	5	5	5
d. Valor da maior remuneração individual (Reais)	423.442,13	430.823,60	392.563,60
e. Valor da menor remuneração individual (Reais)	304.889,73	310.200,00	282.648,00
f. Valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	335.372,63	341.319,23	310.965,85

MANUAL DA ASSEMBLEIA E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

a. Órgão: Conselho Fiscal			
Ano Civil	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
b. Nº de membros	3	3	3
c. Nº de membros remunerados	3	3	3
d. Valor da maior remuneração individual (Reais)	125.515,36	127.699,20	116.356,80
e. Valor da menor remuneração individual (Reais)	125.515,36	127.699,20	116.356,80
f. Valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	125.515,36	127.699,20	116.356,80